



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Resultados (2020-2021)

CARANGOLA
2022

Equipe responsável pela elaboração do relatório:

Magda Dezotti
Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim
Glauber Miranda Florindo
Sabrina Alves Boldrini Cabral
Sílvia Regina Costa Dias

LISTA DE SIGLAS

CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PG	Pós-Graduação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais

Conteúdo

1. Dados da instituição.....	6
1.1 Histórico e contextualização da Universidade do Estado de Minas Gerais.....	6
1.2 Composição da CPA.....	11
2. Avaliação Institucional.....	12
2.1 Princípios Fundamentais da autoavaliação institucional.....	12
2.2 Histórico da Avaliação Institucional da UEMG.....	12
2.3. Comissão Própria de Avaliação CPA-UEMG -2021.....	14
3. O Processo de Autoavaliação da Universidade do Estado de Minas Gerais.....	15
3.1 Justificativa e Concepção.....	15
3.2 Fundamentação Legal.....	15
3.3 A CPA no contexto atual da UEMG.....	19
4. Avaliação 2020/2021.....	20
4.1 Objetivo Geral.....	20
4.2 Objetivos Específicos.....	20
4.3 Eixos e dimensões estruturantes da Avaliação Institucional.....	21
4.4 Planejamento estratégico e desenvolvimento da avaliação na Unidade.....	22
4.4.1. Primeira Etapa: preparação.....	22
4.4.2. segunda etapa: desenvolvimento da autoavaliação.....	23
5. Relatório parcial avaliação dos estudantes - cpa/carangola (2020-2021).....	27
5.1. Eixo 1: planejamento e avaliação institucional.....	27
5.2. Eixo 2: desenvolvimento institucional.....	28
5.3. Eixo 3: políticas acadêmicas.....	30
5.4. Eixo 4: políticas de gestão.....	37
5.5 eixo 5: infraestrutura física.....	38
6. Relatório parcial avaliação dos docentes - CPA/Carangola (2020-2021).....	41
6.1. Eixo 1: planejamento e avaliação institucional.....	41
6.2. Eixo 2: desenvolvimento institucional.....	42
6.3. Eixo 3: políticas acadêmicas.....	44
6.4. Eixo 4: políticas de gestão.....	50
6.5. Eixo 5: infraestrutura física.....	58
7. Relatório parcial avaliação dos servidores técnicos-administrativos - cpa/carangola (2020-2021).....	67
7.1. Categoria I – políticas institucionais e operacionalizaçãotécnica.....	68
7.2. Categoria II – desempenho e interação pessoal com otrabalho.....	69
7.3. Categoria III – infraestrutura e condições de trabalho.....	69
7.4. Categoria IV – comunicação interna e externa.....	70
7.5. Categoria V – políticas de gestão e interação entre o pessoal técnico-administrativos, pessoas e instâncias a elesrelacionados.....	71
8. Planejamento de ações com base na análise dos dados.....	71

8.1 Plano de ações com base na análise do Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8 - Planejamento e Avaliação).....	71
8.2 Plano de ações com base na análise do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (dimensões 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 -Responsabilidade Social da Instituição)	72
8.3 Plano de ações com base na análise do Eixo 3 - Políticas Acadêmicas (dimensões 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; 4 - Comunicação com a Sociedade; 9 - Política de Atendimento aos Discentes).....	72
8.4 Plano de ações com base na análise do Eixo 4 - Políticas de Gestão (dimensão 5 – Políticas de Pessoal, 6 – Organização e Gestão da Instituição e 10 – Sustentabilidade Financeira).....	73
8.5 Plano de ações com base na análise do Eixo 5 - Infraestrutura Física (dimensão 7 - Infraestrutura Física)	75
ANEXO	77

1. Dados da instituição

1.1 Histórico e contextualização da Universidade do Estado de Minas Gerais

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) foi criada pelo Art. 81 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, como uma autarquia, prevendo também o funcionamento da Reitoria na capital e de Unidades Acadêmicas em diversas regiões do Estado. Na estrutura orgânica do Estado, a Universidade vincula-se à Secretaria do Estado de Educação. Compete à Universidade formular e implementar políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior no Estado. Sua Reitoria está sediada no 8º andar do prédio Minas, da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais.

A estrutura da UEMG foi definida pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995 e seu reconhecimento, pelo Conselho Estadual de Educação, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 28 de fevereiro de 1996. O Estatuto da Universidade foi aprovado pelo Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995 e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, em publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em 28 de fevereiro de 1996. Nele consta ser missão da instituição cultivar o saber universal, referenciando-o às especificidades regionais do Estado; tornar-se fórum dinamizador da cultura, ciência e tecnologia, de modo a favorecer o intercâmbio e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado; disseminar fatores de elevação da qualidade de vida, beneficiando a maioria da população; contribuir para a redução das desigualdades sociais.

A Universidade do Estado de Minas Gerais, por ser *multicampi*, está comprometida com a formação de uma comunidade científica do Estado de Minas Gerais e com a interação com outras instituições produtoras de conhecimento. Por meio da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, busca a excelência acadêmica, produzindo conhecimento e formando pesquisadores capazes de cooperar com o setor produtivo e de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento do Estado e da Nação.

O *campus* de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei nº 11.539/1994 (MINAS GERAIS, 1994), que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA), convertida em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais, que foi transformado

na Faculdade de Educação. Compõe, ainda, o *Campus* Belo Horizonte, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves (FaPP), criada pela Resolução CONUN/UEMG N° 78, de 10 de setembro de 2005.

A Lei Delegada 91, de 29 de janeiro de 2003, definiu a estrutura orgânica básica da Universidade do Estado de Minas Gerais e o Decreto 43.579 de 11 de setembro de 2003, estabeleceu as competências das unidades administrativas. Por meio da Portaria n° 1.369 de 7 de dezembro de 2010, a UEMG credenciou-se junto ao Ministério da Educação para oferta de cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Especialização, na modalidade Ensino a Distância, consolidando a sua inserção na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Posteriormente, o processo de estadualização das fundações educacionais de ensino superior, previsto pela Lei n° 20.807, de 26 de julho de 2013, inciso I do § 2° do art. 129 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incorporou à UEMG as seguintes instituições: i) Fundação Educacional de Carangola, na cidade de Carangola; ii) Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina; iii) Fundação de Ensino Superior de Passos, na cidade de Passos; iv) Fundação Educacional de Ituiutaba, no município de Ituiutaba; v) Fundação Cultural Campanha da Princesa, em Campanha e vi) Fundação Educacional de Divinópolis, na cidade de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela vii) Fundação Helena Antipoff, no município de Ibirité.

Presente em várias regiões do Estado, a Universidade oferta, atualmente, 119 cursos de graduação em 20 *campi*. Conta com 1.511 docentes e 608 técnicos administrativos para a formação de, aproximadamente, 22.425 discentes. Os cursos de graduação são oferecidos nos municípios de Belo Horizonte, Abaeté, Barbacena, Campanha, Carangola, Cláudio, Diamantina, Divinópolis, Frutal, Ibirité, Ituiutaba, João Monlevade, Leopoldina, Passos, Poços de Caldas e Ubá.

A Unidade Acadêmica de **Carangola** originou-se da Fundação FAFILE de Carangola que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola e outras do seu entorno, como as demais regiões do interior do país, demandavam por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros, distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. Visando a atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia, autorizados pelo Decreto n° 70.411, de 14 de

abril de 1972, que “autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola/MG”, publicado no “Diário Oficial da União” em 17 de abril de 1972. Em seguida, foram instalados os cursos de Geografia, autorizado através do Decreto Estadual nº 41.547, publicado no “Minas Gerais” de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no “Minas Gerais” de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o 16º Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no “Minas Gerais”. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas. Assim, atendidos os requisitos legais e pela aprovação do seu Regimento através do Parecer CEE nº 93/07 publicado no jornal “Minas Gerais” em 10 de fevereiro de 2007 foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola - FAFILE e da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola.

Através do Decreto Estadual publicado no jornal “Minas Gerais” de 02 de junho de 2007, a FAVALE obtém autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e Turismo e pelo Decreto publicado no jornal “Minas Gerais” de 30 de julho de 2008, fica autorizada a criação do Curso de Serviço Social. Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por mais de 40 anos, a FAVALE se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando no período 1976 – 2011, 8.437 profissionais. Sua experiência em EaD teve início em 2003 através do Projeto Veredas – Formação Superior de Professores, ministrado no período 2003/2006, em parceria com a SEE/MG, capacitando, a distância, 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das Superintendências Regionais de Ensino – SRE, de Guanhães e de Governador Valadares/MG. Tendo em vista a Portaria MEC/CNE Nº 4.059 de 10/12/04, a partir do segundo semestre de 2008, deu-se início ao trabalho com disciplinas semipresenciais. Essas disciplinas foram incorporadas, gradativamente, nos seus cursos reconhecidos na modalidade semipresencial.

Cumprido ressaltar que o deslocamento das atividades presenciais para as semipresenciais, nos cursos de graduação existentes na IES, implicou à utilização de um desenho pedagógico diferenciado, isto é, de um tipo de ensino pautado na participação, na coautoria e na aprendizagem baseada na construção do conhecimento em rede. Dessa forma, um novo papel foi solicitado ao professor, pois para viabilizar a implementação dessa nova modalidade de ensino foi importante

contar com os recursos tecnológicos da Plataforma Moodle da metodologia da educação à distância. Tendo em vista a manutenção do mesmo padrão de qualidade da modalidade presencial, a IES não só realizou atividades de capacitação em Educação a Distância – EaD para professores e pessoal técnico-administrativo como também elaborou Orientações Gerais, para as atividades em EaD, cuja finalidade foi imprimir um eixo comum às práticas docentes dos professores, no que se refere ao desenvolvimento das atividades semipresenciais e ao atendimento ao aluno.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal; a criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NUPEX; realização de atividades de extensão na área de Educação Ambiental, Cultura e Lazer; implantação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com área de concentração em Alfabetização, Psicopedagogia, Gestão de Processos Educativos, História e Educação Ambiental; revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação. Complementando as opções de formação pedagógica oferecida pela Fundação FAFILE foi implantada, em 2005, a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada ofereceu: cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências, patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; Programa de Capacitação de Professores – PROCAP – Escola Sagarana, através do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais – SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares. Procurando desenvolver um amplo e diversificado conjunto de ações tendo em vista obter uma maior articulação com órgãos, entidades, empresas, prefeituras e outras instituições voltadas para a educação e o ensino, a FAVALE manteve parcerias com:

I – Prefeitura Municipal de Carangola para realização do Projeto TIM: grandes escritores, FAFILE na Maior Idade, realização do Estágio Curricular Supervisionado, Cursos de Formação Continuada de Professores e outros;

II – Prefeituras Municipais do seu entorno para deslocamento de alunos dos cursos de graduação até a FAVALE;

III – Superintendências Regionais de Ensino (SRE's), para oferecimento de Cursos de Formação Continuada de Professores, expedição de certificados, realização de Estágio Curricular Supervisionado.

Em 30 de novembro de 2013, por meio do Decreto nº 46.539, a Instituição Faculdades Vale do Carangola foi absorvida pela UEMG. A partir desta data, surge, na Zona da Mata Leste de Minas, a primeira universidade pública desta região que segue suas atividades, agora, como uma instituição pública, gratuita e de qualidade. A Unidade Carangola está localizada na Zona da Mata mineira que se configura numa porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2010). A microrregião de Muriaé/MG, na qual se encontra o município de Carangola – MG, reforça essas características com ênfase para a cafeicultura, pecuária e o setor de serviços, no qual a educação ainda é relevante. A área de influência da Unidade Carangola envolve principalmente a Superintendência de Ensino de Carangola – 5ª SRE, que é composta por 11 municípios com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas. Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências Regionais de Ensino como: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Betim, Caparaó, Congonhas, Leopoldina, Manhuaçu, Manhumirim, Ouro Preto, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida, Teófilo Otoni. Além dos municípios mineiros já mencionados, a área de influência da UEMG – Unidade Carangola, se estende, ainda, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Angra dos Reis, Riode Janeiro, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, para os municípios do sul-capixaba como Alegre, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e Venda Nova do Imigrante e, também, Osasco, Sertãozinho e Taubaté no Estado de São Paulo.

Os municípios no entorno de Carangola possuem uma rotina semelhante ao que tange à situação econômica, todavia mesmo sendo de base agropecuária, parte significativa de sua população economicamente ativa, como é o caso de boa parte dos estudantes desta Unidade, sobrevive graças a trabalhos oferecidos pelo comércio local ou por instituições públicas, sobretudo prefeituras. Esse cenário mostra-se precário, sobremaneira, quando é feita uma análise acerca dos reflexos da economia na realidade social e cultural dos cidadãos que moram nas já citadas localidades: há poucas bibliotecas e as existentes possuem acervo deficitário; a falta de cinemas e teatros impede o acesso a essa arte; e de aprimoramento da socialização, como peças teatrais, saraus, exposições; dificuldades criadas pela distância física no que concerne ao contato com Universidades e outros centros de difusão do saber, entre outros entraves. Acerca do contexto delineado, a Unidade Acadêmica de Carangola exerce papel preponderante, no sentido de tornar

menos impactantes os efeitos decorrentes do estado de coisas descrito, de modo a formar um profissional que saiba preservar seus elementos identitários, sem ignorar uma visão global de sociedade e de políticas essenciais ao estar no mundo.

A Unidade vem acumulando em sua história ampla experiência na formação de profissionais na área de educação em nível de graduação nos cursos de licenciatura em Letras Português/Inglês, Pedagogia, Ciências Biológicas, História, Geografia e Matemática. Essas licenciaturas mantidas na Unidade de Carangola continuam cumprindo importante papel na formação de professores e gestores que atuam, majoritariamente, na Educação Básica. Além dos cursos de licenciatura, a unidade oferta os cursos de bacharelado em Administração, Serviço Social, Turismo e Sistema de Informação.

Numericamente, entre 2013 e 2020, as licenciaturas oferecidas pela Unidade de Carangola formaram no curso de Pedagogia, 196 professores; no curso de Ciências Biológicas foram 159 professores; em Letras, 146 professores; no curso de Matemática foram 110 professores; no curso de História, 74 professores e, em Geografia, foram 69 professores, totalizando 754 licenciados egressos em um período de 7 anos. Entre os bacharelados, no mesmo período, a unidade de Carangola formou 151 assistentes sociais, 64 profissionais de sistemas de informação, além de 60 turismólogos.

1.2 Composição da CPA

A Comissão Própria de Avaliação da Unidade Carangola – CPA/Unidade Carangola, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola foi composta nos termos dos artigos 157, 158 e 159 da Resolução CONUN/UEMG nº 374, de 26 de outubro de 2017 e da Resolução CONUN/UEMG nº 419, de 21 de dezembro de 2018, por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil organizada, com mandato de três anos, sendo permitida uma recondução. O referido mandato não se aplica aos representantes discentes, que terão mandato de um ano, permitida a recondução.

Integram a Comissão Própria de Avaliação da Unidade Carangola – CPA/Unidade Carangola os seguintes representantes, sendo a Presidência exercida pelo primeiro:

I – Magda Dezotti, Representante do Departamento de Educação Linguística e Letras, MASP 1486457-3;

II – Sabrina Alves Boldrini Cabral, Representante do Departamento de Ciências Exatas, MASP 662679-0;

- III – Glauber Miranda Florindo, Representante do Departamento Ciências Sociais Aplicadas, MASP 1471764-9;
- IV – Erika Oliveira Amorim Tannus Cheim, Representante do Departamento de Ciências Humanas, MASP 1.081521-5;
- V – Sílvia Regina Costa Dias, Representante do Departamento de Ciências Biológicas, MASP 1485673-6;
- VI – Giliane De Souza Zanuti, Representante técnico-administrativo, MASP 1447113-0;
- VII – Marcio De Assis Vancini, Representante técnico-administrativo, MASP 1445204-9;
- VIII – Mariane Silva Martins, Representante Discente do curso de Ciências Biológicas, Matrícula 12-34478;
- IX – Sidney Bruno Rodrigues Moraes, Representante Discente do curso de Sistemas de Informação, Matrícula 12-91738;
- X - Clóvis De Oliveira Valente, Representante da Sociedade Civil Organizada, CPF612.723.707-63.

2. Avaliação Institucional

2.1 Princípios Fundamentais da autoavaliação institucional

Os princípios norteadores da autoavaliação consistem em:

- ✓ Ética;
- ✓ Transparência;
- ✓ Respeito à diversidade e valorização do ser humano;
- ✓ Sigilo com informações individuais;
- ✓ Gestão compartilhada com todas as representações da comunidade acadêmica, corpo discente, corpo docente e servidores técnico- administrativos;
- ✓ Utilização integrada de métodos qualitativos e quantitativos;
- ✓ Cultura de avaliação baseada em desenvolvimento e aprimoramento das dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão; e
- ✓ Interação com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

2.2 Histórico da Avaliação Institucional da UEMG

O processo de avaliação da UEMG é desenvolvido em duas grandes frentes. Em uma delas, a avaliação institucional é realizada com base nos eixos e dimensões de análise ordinários previstos nos normativos. Em 2014-2015 desenvolveu-se a avaliação institucional com a coleta

de dados por meio de claves em cada uma das unidades, sendo todo o processo de avaliação realizado pela CPA UEMG.

Destaca-se que 2014 até a presente data, a UEMG absorveu um número substancial de instituições de ensino do interior do Estado de Minas Gerais, as quais apresentavam estrutura organizacional diferentes das que já constituíam a Universidade. Tal diversidade condicionou, de forma expressiva, o desenvolvimento da avaliação institucional em uma abordagem qualitativa, dada a inadequação de aplicar-se um questionário único de matriz quantitativa em todas as unidades.

Dessa forma, durante o período de reorganização e reestruturação, a avaliação foi desenvolvida em cada unidade por meio da atuação dos órgãos colegiados como Coordenação de Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante do Curso na revisão de projetos pedagógicos de curso, avaliação das dinâmicas de ensino e aprendizagem, revisão das ementas das matrizes curriculares, entre outros procedimentos específicos de cada curso; Chefias de Departamento e Câmara Departamental na discussão das disciplinas, ementas e metodologias de ensino e aprendizado; Assembleia de Professores nas discussões periódicos sobre assuntos comuns a toda a comunidade acadêmica; e Conselho Departamental, órgão máximo da Unidade Acadêmica, supervisor de todas as matérias de interesse de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Em adição, destaca-se a realização da avaliação de desempenho qualitativa e quantitativa do SISAD (Sistema de Avaliação de Desempenho) por meio do qual realiza-se a avaliação de docentes e servidores técnico-administrativos. Via de regra, o desempenho de cada servidor é avaliado por meio de instrumento qualitativo semestral e no fim do período por meio de um instrumento quantitativo. Cada unidade designa uma comissão de avaliação, a qual geralmente é composta pelas Chefias de Departamento.

Oportunamente, em dezembro de 2018, decidiu-se por substituir o funcionamento por meio de claves pela adoção de CPAs por unidade, o que permitiu trabalhar com a concepção de um instrumento de avaliação geral comum para todas as Unidades (Avaliação Institucional) e, também, com um instrumento adicional específico para cada Unidade (Avaliação por Unidade), a qual constitui a seguinte frente de avaliação.

Dessa forma, o conjunto de avaliação de itens comuns para todas as unidades foi revisto, cabendo a CPA de cada Unidade desenvolver um instrumento de avaliação específico direcionado a provisão de informações para a Diretoria e Conselho Departamental com o potencial de aprimorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e fomentar os processos de planejamento, controle e avaliação. Neste contexto, coube a CPA UEMG acompanhar e prover o processo de

avaliação das Unidades Acadêmicas.

Ao trabalharmos com este direcionamento, evitou-se as disfunções geradas pela tentativa de enquadrar as diversidades de todas as Unidades em apenas uma realidade, o que subnutriria as particularidades da UEMG e comprometeria o atendimento das necessidades das próprias Unidades.

Por fim, a partir de 2020, foi possível retomar o instrumento de avaliação institucional quantitativo e manter a avaliação qualitativa supracitada, aproximando o processo de avaliação da Universidade do ordinário.

2.3. Comissão Própria de Avaliação CPA-UEMG -2021

A UEMG tem uma comissão própria de avaliação central, a CPA UEMG, e uma CPA em cada uma das suas 20 (vinte) Unidades Acadêmicas. A CPA atual foi designada pela PORTARIA/CONUN no. 22 de 02 de março de 2020.

A CPA UEMG é composta por representantes do corpo docente, discente, servidores técnico-administrativo e representante da Sociedade Civil Organizada:

	Titular	Suplente
Representantes docentes	Gustavo Rodrigues Cunha (Presidência)	Joana Beatriz Barros Pereira
	Liliana Borges (Vice-Presidência)	Carlos Alberto Casalinho
	Andréa Silva Gino	Luciana Zenha Cordeiro
	Weslei Clem de Menezes	José Rocha Andrade
	Hipólito Ferreira Paulino Neto	Itamar Teodoro de Faria
Representantes técnico-administrativos das Pró-reitorias Acadêmicas	Priscila Rezende Moreira	
	Virgínia Coeli Bueno de Queiroz	
	Janayna Alves Brejo	
Representante técnico-administrativo em exercício na Gerência de Informática	Vinícius Pereira Gonçalves	
Representantes discentes	Em processo de substituição	
	Em processo de substituição	
Representante da Sociedade Civil Organizada	Thaís Cláudia D' Afonseca da Silva	

3. O Processo de Autoavaliação da Universidade do Estado de Minas Gerais

3.1 Justificativa e Concepção

Enquanto a maioria das pessoas percebem a função da Comissão Própria de Avaliação como uma obrigação institucional, a CPA UEMG vê a atuação do órgão colegiado como um mecanismo de direcionamento do desenvolvimento institucional, como uma oportunidade de aprimorar nossos processos e prestação de serviços à comunidade.

Nesta perspectiva, a CPA precisa ir “além daquilo que é imposto”, daquilo que as normas exigem, devendo levar em consideração as especificidades das Unidades e a necessidade de superar os eixos impostos pela avaliação normativa, levando-nos a extrapolar a ideia simplista de mero mecanismo de controle e fiscalização. Dessa forma, a CPA UEMG considera o processo de avaliação como uma oportunidade de prover a gestão com informações com o potencial de aprimorar suas dinâmicas e contribuir para o desenvolvimento das Unidades e da instituição de forma integrada.

Em suma, manifesta-se como objetivo geral da CPA UEMG a prestação de informações relevantes para a gestão superior de forma a contribuir para o desenvolvimento institucional, o que torna a prestação de contas normativa apenas um dos objetivos específicos do órgão.

Dentro dessa visão, expressa-se a descon sideração plena do viés de punição tantas vezes associado ao processo de avaliação normativo, tendo por objetivo principal o desenvolvimento integrado e sustentável da nossa Universidade.

Objetivos Específicos da Autoavaliação Institucional

- ✓ Prover a gestão superior com dados e informações pertinentes;
- ✓ Identificar e propor soluções para disfunções e inconsistências observadas no processo de avaliação;
- ✓ Desenvolver competências e aprimorar o desempenho do corpo docente e servidores técnico-administrativos;
- ✓ Prestar contas à comunidade acadêmica e a sociedade como um todo; e
- ✓ Atender as exigências das instituições normativas no que tange a autoavaliação;

3.2 Fundamentação Legal

O Regimento Interno da UEMG estabelece a Comissão Própria de Avaliação da Universidade:

“TÍTULO VI

Da Comissão Própria de Avaliação

Art. 157. A Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída no âmbito

da Universidade, tem as atribuições de coordenação, sistematização e prestação das informações referentes aos processos de Autoavaliação Institucional, sendo sua atuação permanente e autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição.

Parágrafo único. A CPA vincula-se diretamente à Reitoria.

Art. 158. A CPA será composta de:

I – representantes dos docentes em exercício na Universidade;

II – representantes dos servidores técnico-administrativos;

III – representantes dos discentes;

IV – representante da sociedade civil organizada.

§ 1º A composição e forma de indicação dos representantes de que trata este artigo será estabelecida em resolução específica.

§ 2º É vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos representados.

Art. 159. O mandato dos integrantes da CPA será de três anos, permitida a recondução.

§ 1º O disposto no caput não se aplica aos representantes discentes, que terão mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 2º A recomposição da CPA, a cada três anos, deverá assegurar a permanência de 40% de seus componentes anteriores.”

Oportunamente, criou-se a Comissão Própria de Avaliação-CPA por meio da Resolução CONUN/UEMG no. 319 de 2015, resolução esta que estabeleceu as atribuições e condições de funcionamento do órgão:

“Art. 1º. Tendo em vista as determinações contidas no Art. 11 da Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004, a Portaria 2.051 de 09 de Julho de 2004, do Ministério da Educação, e a Resolução CEE 459/2013, publicada em 23 de Abril de 2014, o Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, cria a Comissão Própria de Avaliação-CPA.

Art. 2º. A Comissão Própria de Avaliação CPA/UEMG terá como atribuições:

I- Coordenar a realização dos processos de avaliação interna da instituição;

II- contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica na implementação dos processos de avaliação interna, buscando integrá-los à dinâmica institucional;

III- sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo INEP;

IV- elaborar seu Plano de trabalho anual e apresentá-lo ao COEPE e ao CONUN;

V- elaborar o Modelo de Avaliação Interna a ser desenvolvido na Universidade, que atenda às exigências da legislação vigente;

VI- elaborar, aperfeiçoar e coordenar a aplicação dos instrumentos para coleta e análise das informações relativas à avaliação institucional;

VII- consolidar e analisar as informações obtidas;

VIII- apresentar, anualmente, até o dia 30 de novembro, ao CONUN, as atividades desenvolvidas pela Comissão durante o ano;

IX- apresentar, a cada, 3 (três) anos ao COEPE e ao CONUN, até o dia 30/06, o Relatório de Avaliação Própria da Instituição;

X- acompanhar, de forma contínua, as decisões tomadas pelas estruturas

institucionais competentes em decorrência das informações levantadas na Avaliação Institucional.”

Posteriormente, a Resolução CONUN/UEMG no. 419 de 21 de dezembro de 2018, revogou a resolução supracitada definindo a nova Comissão Própria de Avaliação da UEMG assim como suas atribuições e condições de funcionamento:

RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 419, DE
21 DE DEZEMBRO DE 2018.

Cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA e estabelece suas atribuições e condições de funcionamento.

O Conselho Universitário no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista as determinações contidas no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004, do Ministério da Educação, e a Resolução CEE nº 459, de 23 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Própria de Avaliação - CPA no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A Comissão Própria de Avaliação CPA terá como atribuições:

I- Coordenar a realização dos processos de avaliação interna da instituição;

II- contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica na implementação dos processos de avaliação interna, buscando integrá-los à dinâmica institucional;

III- sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo INEP;

VI- elaborar o Modelo de Avaliação Interna a ser desenvolvido na Universidade, que atenda às exigências da legislação vigente;

V- elaborar e aperfeiçoar os instrumentos para coleta e análise das informações relativas à avaliação institucional;

VI- consolidar e analisar as informações obtidas;

VII- elaborar relatório final da Universidade;

VIII- acompanhar, de forma contínua, as decisões tomadas pelas estruturas institucionais competentes em decorrência das informações levantadas na Avaliação Institucional.

Parágrafo único. A atuação da CPA dar-se-á sem prejuízo da realização dos procedimentos de acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão pelas respectivas Pró Reitorias.

Art. 3º A CPA será composta de:

I- cinco professores em exercício na UEMG e respectivos suplentes;

II- um servidor técnico-administrativo representando cada uma das Pró Reitorias Acadêmicas: Graduação, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão;

III- um servidor técnico-administrativo, em exercício na Gerência de Informática da Instituição;

IV- dois representantes do corpo discente;

V- um representante da sociedade civil organizada.

§1º Os membros docentes da Comissão serão indicados pelo CONUN e designados por ato do(a) Reitor(a), que também explicitará o(a) Presidente(a) e o Vice-presidente(a) da CPA.

§2º Um dos membros da CPA deverá ter domínio de estatística.

Art. 4º O mandato dos integrantes da CPA será de três anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. A recomposição da CPA, a cada três anos, deverá assegurar a permanência de 40% de seus componentes anteriores.

Art. 5º O modelo de avaliação, de que trata o inciso V do art. 1º deverá atender a todas as dimensões exigidas na legislação e assegurar o acompanhamento das metas estabelecidas no PDI-UEMG.

Parágrafo único. O modelo proposto deverá assegurar a coleta anual de informações de forma sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular de cada curso oferecido pela Universidade.

Art. 6º A Secretaria dos órgãos de deliberação Superior fornecerá apoio aos trabalhos da CPA.

Art. 7º A Gerência de Informática da UEMG dará o apoio técnico necessário à realização do processo de avaliação.

Art. 8º As atividades da CPA deverão ser objeto de divulgação no site da UEMG, através de um cronograma de trabalho.

§1º Cada Unidade Acadêmica deverá compor sua própria CPA, de forma que atenda suas demandas específicas respeitando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

§2º Fica vedada a existência de maioria absoluta, por parte de qualquer um dos segmentos representados na CPA, devendo ser garantida a participação de pelo menos um docente de cada Departamento da Unidade.

§3º As Comissões Próprias de Avaliação das Unidades, doravante denominadas CPA/UNIDADES, serão indicadas pelo Conselho Departamental ou, onde este não existir, por colegiado equivalente.

Art. 9º As CPAs das UNIDADES terão como atribuições:

I- contribuir com a CPA na elaboração do Modelo de Avaliação Institucional que atenda às exigências da legislação vigente;

II- contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica na implementação dos processos de avaliação interna, buscando integrá-los à dinâmica institucional;

III- sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo INEP ou pelo Conselho Estadual de Educação;

IV- aplicar os instrumentos para coleta e análise das informações relativas à avaliação institucional;

V- tabular os dados coletados e confeccionar o relatório final da Unidade;

VI- fomentar a CPA com dados que permitam a confecção de relatório anual da Universidade;

VII- elaborar relatório final da Unidade.

Art. 10 A auto avaliação, em parte, deverá ser realizada em cada curso oferecido pelas Unidades da UEMG:

I- por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre o desempenho destes e suas impressões sobre as condições de oferta do curso;

II- em seminários sobre o processo de ensino-aprendizagem, realizados no início dos semestres, com a participação de alunos e de professores, para a discussão de formas e critérios;

III- por meio de pesquisas para levantamento do perfil do aluno, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao curso e à profissão.

Parágrafo único. Todo o processo de auto avaliação dos cursos de cada Unidade da UEMG deverá ser monitorado pelo Núcleo Docente Estruturante de cada Curso e implantado de acordo com as seguintes diretrizes:

I- a auto avaliação deve estar em sintonia com Projeto de Auto Avaliação da UEMG;

II- a auto avaliação de cada curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular;

III- o processo de auto avaliação deve envolver a participação dos professores e dos alunos do curso;

IV- cabe à Coordenação de Curso operacionalizar o processo de auto avaliação junto aos professores, com apoio do Núcleo Docente Estruturante de cada curso, com a produção de relatórios conclusivos.

Art. 11 A participação dos docentes na CPA e CPA das Unidades deverá compor o relatório anual de atividades dos mesmos, sendo consideradas atividades de apoio à gestão acadêmica.

Art. 12 A análise dos relatórios conclusivos de auto avaliação será realizada pela Coordenação de Curso juntamente com o Núcleo Docente Estruturante de cada curso que componha as Unidades da UEMG.

Parágrafo único. Os resultados das análises do processo deverão ser levados ao conhecimento dos alunos e professores envolvidos, por meio de comunicação oral ou escrita, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo, por parte da Coordenação de Curso ou questões relacionadas à ética profissional.

Art. 13 A CPA é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da Avaliação Interna e da auto avaliação de cada curso oferecido pelas Unidades da UEMG, possuindo autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes na UEMG.

Art. 14 Fica revogada a Resolução CONUN/UEMG Nº 319, de 11 de junho de 2015.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade do Estado de Minas

Gerais, aos 21 de dezembro de 2018.

Lavinia Rosa Rodrigues

Presidenta do Conselho Universitário.

21 1178771 - 1

Nota-se, que dada o número de unidades e a diversidade inerente a Instituição de Ensino, criou-se a partir do normativo, além da CPA UEMG, uma CPA em cada Unidade Acadêmica,

como o intuito de respeitar demandas específicas e desenvolver um processo de avaliação pertinente a tais especificidades.

3.3 A CPA no contexto atual da UEMG

Por meio da Resolução CONUN/UEMG no. 419 de 21 de dezembro de 2018, a Universidade substituiu a coleta de dados por meio de claves pela adoção de CPAs por Unidade Acadêmica, permitindo trabalhar com a concepção de um instrumento de avaliação geral comum a todas as Unidades no desenvolvimento da avaliação institucional e, oportunamente, com um instrumento adicional específico para cada Unidade, capaz de prover informações pertinentes para a avaliação externa de cursos.

Dessa forma, o conjunto de avaliação de itens comuns para todas as unidades foi revisto, cabendo a CPA de cada Unidade desenvolver um instrumento de avaliação específico direcionado a provisão de informações para a Diretoria e Conselho Departamental com o potencial de aprimorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e fomentar os processos de planejamento, controle e avaliação. Neste contexto, a CPA UEMG acompanha e provê o processo de avaliação das unidades com orientações e aconselhamentos.

Ao trabalharmos com este direcionamento, evitaremos as disfunções geradas pela tentativa de enquadrar as diversidades de todas as Unidades Acadêmicas (vinte no total) em apenas uma realidade, o que subnutriria as particularidades da UEMG e comprometeria o atendimento das necessidades das próprias Unidades.

Além do supracitado, destacam-se alguns fatores que explicam e, muitas vezes, condicionam a atuação da CPA no contexto atual da UEMG, a saber:

✓ A UEMG é composta atualmente por 20 (vinte) unidades acadêmicas o que exige um esforço hercúleo para desenvolver a avaliação da forma como a concebemos. Algumas destas unidades derivam da estadualização de fundações ocorrida nos últimos anos, o que por si só, exigiu a reorganização das dinâmicas de gestão. Destaca-se, neste ponto que, não obstante o aumento do número de Unidades Acadêmicas, a estrutura orgânica e o quantitativo de servidores técnico-administrativos, seja na Reitoria, seja nas da Unidades Acadêmicas, continua o mesmo.

✓ O crescimento supracitado ressaltou, ainda mais, as dificuldades de operarmos com um sistema de gestão acadêmica bastante carente, o que dificulta em demasia a coleta de dados referentes a avaliação institucional e avaliação por Unidades. Foram necessárias inúmeras reuniões com a WEBGIZ para dispormos de dados coletados a quase 6 (seis) meses, o que dificulta, em muito, o desenvolvimento das atividades da CPA UEMG e das CPAs das Unidades Acadêmicas. Destaca-se que, ciente dessas dificuldades a gestão superior decidiu, oportunamente, operacionalizar a contratação de um novo sistema de gestão acadêmica, mais robusto e adequado para uma IES com mais de 20 (vinte) mil alunos. Dessa forma, estamos aguardando a realização de prego para a licitação da contratação do serviço.

✓ Os efeitos da pandemia apresentam várias facetas e, neste contexto, afetou significativamente o planejamento referente à coleta e análise de dados da avaliação. A dificuldade modal de contar com o interesse de alunos, docentes e servidores em participar da avaliação, mostrou-se bastante acentuada, o que nos obrigou em reorganizar a avaliação da forma possível.

✓ Por fim, destaca-se que encontramos uma resistência significativa ao introduzir a avaliação quantitativa de professores/disciplinas em algumas Unidades Acadêmicas, pois as condições de infraestrutura das Unidades são bastante diferentes quando comparamos as mesmas, evidenciando as dificuldades das dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão por parte do corpo docente. Em adição, realiza-se anualmente a Avaliação de Desempenho do SISAD, avaliação esta com o potencial de reduzir a remuneração do docente, caso o mesmo fique um mínimo percentual abaixo de 100%. Neste sentido, foi necessário explicitar a desassociação entre a autoavaliação provida pela CPA e a outra avaliação, de forma a criar segurança e confiança no corpo docente.

4. Avaliação 2020/2021

4.1 Objetivo Geral

Desenvolver a avaliação institucional referente o ano de 2000 e avaliação da Unidade Acadêmica de Ituiutaba referente o ano de 2021 de forma a prover a gestão institucional com informações pertinentes sobre as dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade e, também, atender as exigências normativas relativas à avaliação institucional na unidade.

4.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos da avaliação 2020/2021 destacam-se os seguintes:

- a) Prover as instituições normativas com a avaliação institucional conforme previsto na legislação pertinente;
- b) Prover as comissões externas de avaliação de curso com o relatório da Comissão Própria de Avaliação da Unidade de Ituiutaba;
- c) Captar a percepção de todas as representações da comunidade acadêmica sobre as dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão da Unidade de Ituiutaba;
- d) Elaborar relatório com planejamento de ações a ser apresentado para o Conselho Departamental da Unidade, de forma a prover e contribuir para a gestão com relatórios qualitativos e quantitativos; e

- e) Desenvolver a cultura da avaliação na Unidade Acadêmica de Ituiutaba por meio da divulgação da avaliação e da devolutiva de informações e relatórios para toda a comunidade acadêmica.

4.3 Eixos e dimensões estruturantes da Avaliação Institucional

Consideramos as dez dimensões da Avaliação Institucional, a saber:

I - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional / PPI: Projeto Pedagógico Institucional / PPC: Projeto Pedagógico de Curso

II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV – A comunicação com a sociedade: meios e canais de comunicação utilizados para publicar as atividades da instituição na comunidade externa (regimentos e manuais, folhetos e jornais, guia do aluno, questionários, etc).

V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI – Organização e gestão da instituição: órgãos colegiados; regulamentos e normas internas; funcionamento dos registros acadêmicos; recursos de informação; organograma.

VII – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recurso de informática e comunicação.

VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

IX – Política de atendimento aos estudantes: estudantes e egressos.

X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos nas ofertas da educação superior.

4.4 Planejamento estratégico e desenvolvimento da avaliação na Unidade

O fluxograma abaixo mostra as ações de cada uma das etapas que foram realizadas com o propósito de apresentar a estruturação e realizar a articulação da autoavaliação:



4.4.1. Primeira Etapa: preparação

Conforme apresenta-se na imagem, a etapa de preparação ocorreu em três momentos distintos, sendo o primeiro marcado pela **constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA - Central** com as funções de coordenar e articular o processo interno de avaliação, de sistematização e de prestação das informações. A constituição da CPA da Unidade Carangola ocorreu após a designação dos membros da CPA Central, por meio da Portaria/UEMG, número 22, de 02 de março de 2020.

De acordo com a Resolução CONUN/UEMG Nº 419, de 21 de dezembro de 2018, estes membros passaram a coordenar os trabalhos das CPAs de cada Unidade, conforme art. 9 da Resolução CONUN/UEMG nº 419, 21 de dezembro de 2018.

Art. 9º As CPAs das UNIDADES terão como atribuições:

- 4.3.1.1 contribuir com a CPA na elaboração do Modelo de Avaliação Institucional que atenda às exigências da legislação vigente;
- 4.3.1.2 contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica na implementação dos processos de avaliação interna, buscando integrá-los à dinâmica institucional;
- 4.3.1.3 sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo INEP ou pelo Conselho Estadual de Educação;
- 4.3.1.4 aplicar os instrumentos para coleta e análise das informações relativas à avaliação institucional;
 - 4.3.1.5 tabular os dados coletados e confeccionar o relatório final da Unidade;
- 4.3.1.6 fomentar a CPA com dados que permitam a confecção do relatório anual da Universidade;
- 4.3.1.7 elaborar relatório final da Unidade (CONUN, 2018, s/p.).

Em 10 de julho de 2020, a CPA Central enviou comunicado à direção da Unidade solicitando a **composição da CPA local** (Anexo 2). Assim, cada departamento indicou seu representante docente para compor a CPA. E, em 27 de julho de 2020, o Conselho Departamental da Unidade aprovou a composição da CPA local e elegeu sua presidência. No dia 22 de setembro de 2020, a CPA/Carangola realizou sua primeira reunião local e, em 25 de novembro, ocorreu a primeira reunião com a CPA Central. Em virtude da pandemia, todas as reuniões foram realizadas pelo *Teams*.

Ainda na primeira etapa, ocorreu o processo de **sensibilização** da comunidade acadêmica através do processo de construção de peças para divulgação, mobilização e sensibilização através de diversas mídias, o que possibilitou a prontidão da comunidade acadêmica em participar da Avaliação Interna, conforme exposto, como se pode observar nas imagens seguintes:



A CPA contou também com o suporte do setor de comunicação da Unidade, além do reforço da direção, coordenadores e dos docentes em salas de aula, reuniões e assembleias realizadas.

4.4.2. segunda etapa: desenvolvimento da autoavaliação

Encerrada a etapa de preparação, seguiu-se para o desenvolvimento da autoavaliação, que contou com a participação de toda a equipe através das tarefas divididas entre os

membros da CPA. Concomitante a este trabalho, foram construídos os Instrumentos de Avaliação Quantitativos e Qualitativos para aplicação entre os discentes, docentes e servidores técnicos administrativos, seguindo a estrutura de avaliação proposta pela CPA-Central que é composta por 5 eixos e 10 dimensões, que perpassam pelas categorias de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, servindo de base para composição dos instrumentos de coleta de dados, conforme discriminado a seguir:

- a) **Eixo 1:** Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8)
Dimensão: Planejamento e Avaliação
- b) **Eixo 2:** Desenvolvimento Institucional (dimensões 1 e 3)
Dimensões: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Responsabilidade Social da Instituição
- c) **Eixo 3:** Políticas Acadêmicas (dimensões 2, 4 e 9)
Dimensões: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Política de Atendimento aos Discentes
- d) **Eixo 4:** Políticas de Gestão (dimensões 5, 6 e 10)
Dimensões: Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Sustentabilidade Financeira
- e) **Eixo 5:** Infraestrutura Física (dimensão 7)
Dimensão: Infraestrutura Física

A elaboração do **Projeto de Autoavaliação** e as atividades desta etapa estão descritas no ANEXO 3 mas os questionários foram aplicados no período de 26 a 09 de abril de 2021, sendo referente ao ano letivo de 2020.

Foram encaminhados e-mails para toda a comunidade acadêmica, além de ter sido dada continuidade a campanhas de divulgação na página da CPA Central, no *site* da Unidade (www.uemg.br/carangola) e nas redes sociais da unidade (@uemgcarangola), como pode ser visto a seguir:



No entanto, após diversas reuniões com a CPA-Central, determinou-se que os questionários utilizados seriam unificados e aplicados, simultaneamente, pela Central em todas unidades da UEMG. Esse instrumento atingiu os seguintes percentuais, apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Percentual de estudantes respondentes por unidade. Fonte: CPA/UEMG (2020).

		Número de Respostas de Estudantes	% de Respostas
1	Abaeté	159	63,10%
2	Barbacena	155	45,32%
3	Campanha	127	44,41%
4	Carangola	206	19,92%
5	Claudio	107	22,38%
6	Diamantina	251	47,18%
7	Divinópolis	299	9,58%
8	Escola de Design	102	10,09%
9	Escola de Música	100	31,06%
10	Escola Guignard	81	20,66%
11	Faculdade de Educação	181	21,37%
12	Faculdade de Políticas Públicas	69	30,53%
13	Frutal	169	15,59%
14	Ibirité	303	18,62%
15	Ituiutaba	613	26,51%
16	João Monlevade	99	9,15%
17	Leopoldina	86	63,70%
18	Passos	1013	21,84%
19	Poços de Caldas	38	17,76%
20	Ubá	87	41,23%
		4245	

A aplicação do segundo instrumento para os docentes ocorreu entre os dias 20 e 31/08/2021. Para isso, os docentes receberam e-mail com o link de acesso ao questionário pelo *Google Forms*, com a garantia do anonimato. A tabela 2 mostra o percentual de adesão dos docentes no preenchimento do questionário:

Tabela 2: Percentual de docentes respondentes por unidade. Fonte: CPA/UEMG (2020).

		Número de Respostas de Professores	% de Respostas
1	Abaeté	22	95,65%
2	Barbacena	26	89,66%
3	Campanha	16	100,00%
4	Carangola	49	74,24%
5	Claudio	21	75,00%
6	Diamantina	18	94,74%
7	Divinópolis	35	16,59%
8	Escola de Design	65	66,33%
9	Escola de Música	40	45,98%
10	Escola Guignard	31	63,27%
11	Faculdade de Educação	61	60,40%
12	Faculdade de Políticas Públicas	15	78,95%
13	Frutal	74	82,22%
14	Ibirité	43	32,82%
15	Ituiutaba	105	69,54%
16	João Monlevade	42	51,85%
17	Leopoldina	10	100,00%
18	Passos	152	57,58%
19	Poços de Caldas	15	68,18%
20	Ubá	37	94,87%
		877	

De posse dos dados coletados, iniciou-se os trabalhos de tabulação e análise dos dados. Os dados foram tabulados com utilização de estatística descritiva, conforme

explicitado nos relatórios parciais da autoavaliação dos discentes, docentes e técnicos administrativos, que expressam o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação.

5. Relatório parcial avaliação dos estudantes - cpa/carangola (2020-2021)

Nesta seção, será apresentada a estatística descritiva dos dados coletados nos instrumentos aplicados aos estudantes em 2021, referente ao ano letivo de 2020-2021, de forma anônima e por meio de formulário eletrônico.

Nesta avaliação, a Unidade teve 209 estudantes respondentes, distribuídos entre os dez cursos da Unidade, da seguinte forma:

Tabela 3: número de participantes na unidade Carangola. Fonte: CPA/UEMG (2020).

Cursos	No. Participantes
Administração	14
Ciências Biológicas	15
Geografia	11
História	17
Letras - Português e Inglês	20
Matemática	21
Pedagogia	61
Serviço Social	17
Sistemas de Informação	29
Turismo	4
Total	209

O instrumento utilizado foi um questionário que contemplava as dez dimensões propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essas dimensões foram reorganizadas nos cinco eixos avaliativos, discriminados anteriormente. Assim, a apresentação dos resultados da avaliação se norteará pelas dimensões, ainda que as ações (que tenham por objetivo o aperfeiçoamento institucional) possam ser pensadas por eixos.

5.1. Eixo 1: planejamento e avaliação institucional

O eixo 1 comporta a dimensão 8, que contempla o planejamento e a avaliação. A percepção dos estudantes sobre o planejamento e a avaliação, os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional estão demonstrados no gráfico 1.

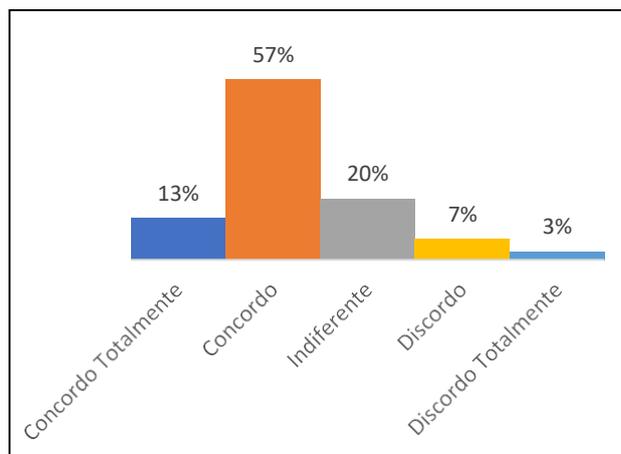


Gráfico 01 - Respostas da autoavaliação do eixo 1 da análise: *A UEMG apresenta dinâmicas de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas, que contribuem efetivamente para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão.* Fonte: CPA/Carangola (2020).

Observa-se que 70% dos estudantes consideram que a instituição apresenta dinâmicas de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas, que contribuem efetivamente para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão, enquanto 10% discordam e 20% se dizem indiferentes a esses processos.

5.2. Eixo 2: desenvolvimento institucional

O eixo 2 contempla a Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (dimensão 1) e Responsabilidade Social da Instituição (dimensão 3), respectivamente.

Para a dimensão 1, são considerados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que, no caso da UEMG, é incorporado ao próprio PDI e o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento norteador das instituições de Ensino Superior. Nele constam a missão da universidade – com seus valores e crenças –, os objetivos, a política institucional para as distintas áreas e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.

Dos estudantes que responderam ao questionário da CPA, 89%¹, reconhecem a importância do citado instrumento e concordam que “*O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UEMG constitui planejamento estratégico de um futuro promissor*

¹ 89% é a soma dos que *concordam* ou *concordam totalmente*, ressalta-se que a estatística descritiva apresentada neste relatório sempre considera a soma dos índices mais expressivos de respostas

para a instituição” (Figura 2 A) e, 87%, acreditam que “As ações previstas no PDI contribuem para o cumprimento da missão da UEMG” (Figura 2 B). Na mesma perspectiva, 96% dos estudantes entendem que os PPCs dos cursos seconstituem em um importante referencial para sua formação (Figura 2 C).

Um dos valores centrais definidos pelo PDI da UEMG como parte de sua missão da é a Responsabilidade Social (Dimensão 3 da autoavaliação). Conforme o documento:

Responsabilidade social, na UEMG, significa formar cidadãos éticos, críticos e inovadores, desenvolver pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento que possam contribuir para o avanço tecnológico do Estado e implementar um trabalho extensionista com compromisso de interagir com a comunidade na busca da transformação social, da preservação ambiental, da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social (PDI UEMG 2015-2024, 2014, p.10).

Assim, o compromisso da UEMG ao propor a formação de cidadãos éticos e críticos é alicerçado no desenvolvimento da pesquisa e da extensão com vista a contribuir para o avanço tecnológico do Estado e na interação com a comunidade na busca da transformação social. Nesse sentido, para 77% dos participantes, a UEMG desenvolve atividades científicas, técnicas e culturais que contribuem para o desenvolvimento local e regional. Setenta e oito por cento dos estudantes afirmam que a Unidade Carangola “*mantém relações oportunas com instituições sociais, culturais e educativas*” e 77% dos estudantes que concordam que a “*Unidade desenvolve ações voltadas à promoção da cidadania, atenção a setores sociais e políticas de ação afirmativa*”. A Figura 2 (D, E, F) demonstra o entendimento dos acadêmicos acerca dessas questões.

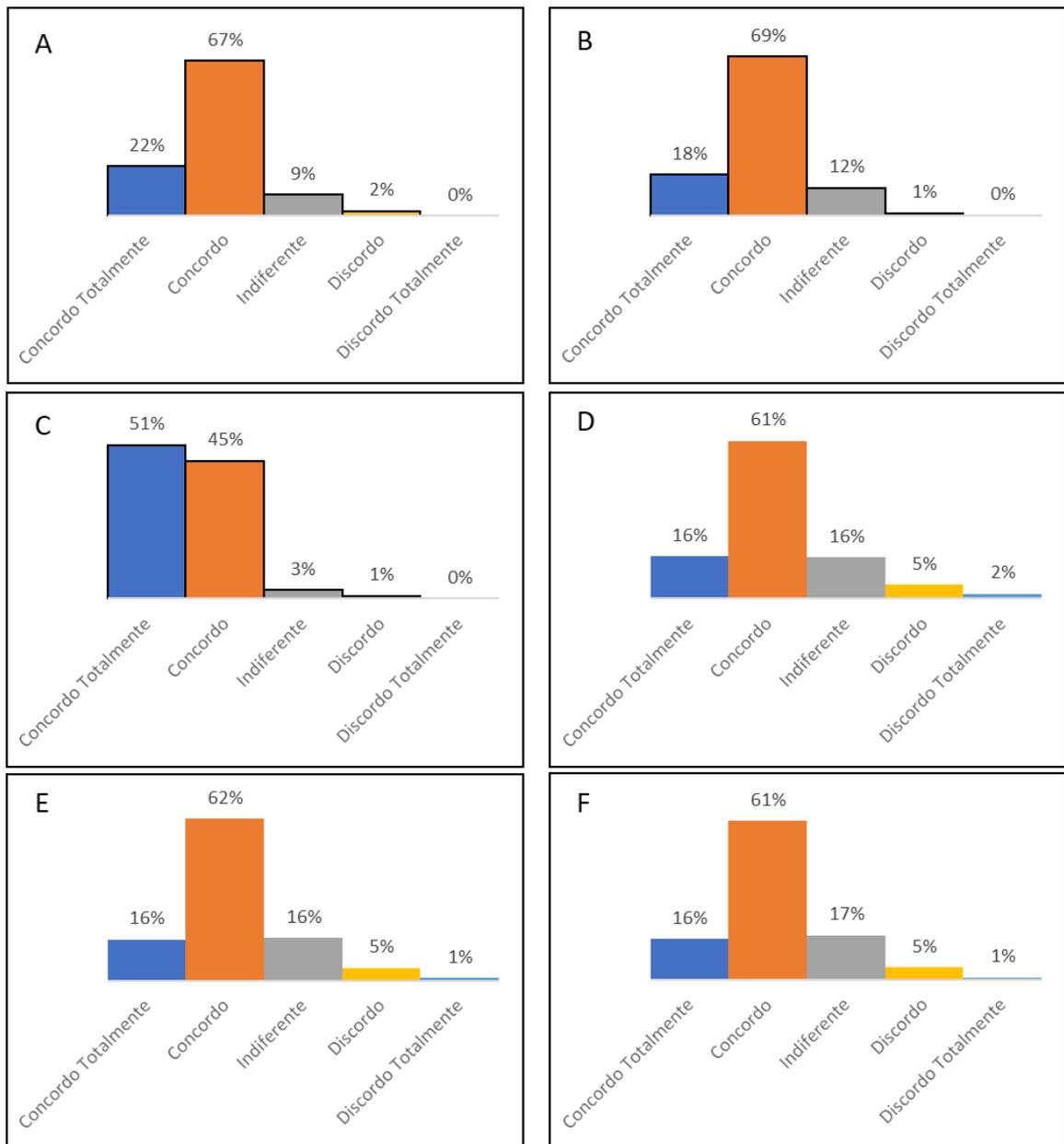


Figura 2 – Respostas da autoavaliação do eixo 2 (dimensão 1) da análise. **(A)** *O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UEMG constitui planejamento estratégico de um futuro promissor para a instituição.* **(B)** *As ações previstas no PDI contribuem para o cumprimento da missão da UEMG.* **(C)** *O Projeto Pedagógico de Curso é um referencial importante para o estudante.* **(D)** *A UEMG desenvolve atividades científicas, técnicas e culturais que contribuem para desenvolvimento local e regional.* **(E)** *A Unidade Acadêmica mantém relações oportunas com instituições sociais, culturais e educativas.* **(F)** *A Unidade Acadêmica desenvolve ações voltadas à promoção da cidadania, atenção a setores sociais e políticas de ação afirmativa.* Fonte: CPA/Carangola (2020)

5.3. Eixo 3: políticas acadêmicas

Compõem o eixo 3 as dimensões Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (Dimensão 2), Comunicação com a Sociedade (Dimensão 4) e Política de Atendimento aos

Discentes (Dimensão 9).

Na dimensão 2, os estudantes foram questionados sobre as políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A Figura 3 mostra o conjunto dos gráficos relativos às respostas obtidas para cada questão/abordagem.

Em conformidade com o que foi identificado na dimensão anterior, é importante que as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão em prática na universidade sigam o estabelecido no PDI. Sobre essa questão, a percepção de 87% dos discentes que responderam ao questionário é a de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na UEMG estão alinhadas ao PDI (Figura 3 A). A figura 3 B mostra os resultados obtidos na análise das dinâmicas relacionadas ao Ensino.

Também é maioria, 81%, o quantitativo de estudantes que afirmam que as dinâmicas de ensino desenvolvidas na Unidade estão alinhadas com o planejamento dentro dos PPCs de seus respectivos cursos (Figura 3 B). Quanto ao perfil do profissional estar em consonância com as competências alinhadas para o trabalho, novamente tem-se um resultado positivo, onde 82% dos respondentes concordam com essa questão (Figura 3 C).

Os dois gráficos seguintes destacam pontos importantes relacionados ao Ensino, a saber, o incentivo ao emprego de inovação didático-pedagógicas e novas tecnologias, bem como a disponibilização de materiais de apoio como suporte para o aprendizado. O incentivo ao emprego de inovação didático-pedagógicas e novas tecnologias é evidenciado por 76% dos respondentes (Figura 3 D). Já contribuição dos materiais de apoio disponibilizadas é reconhecida por 91% dos estudantes (Figura 3 E).

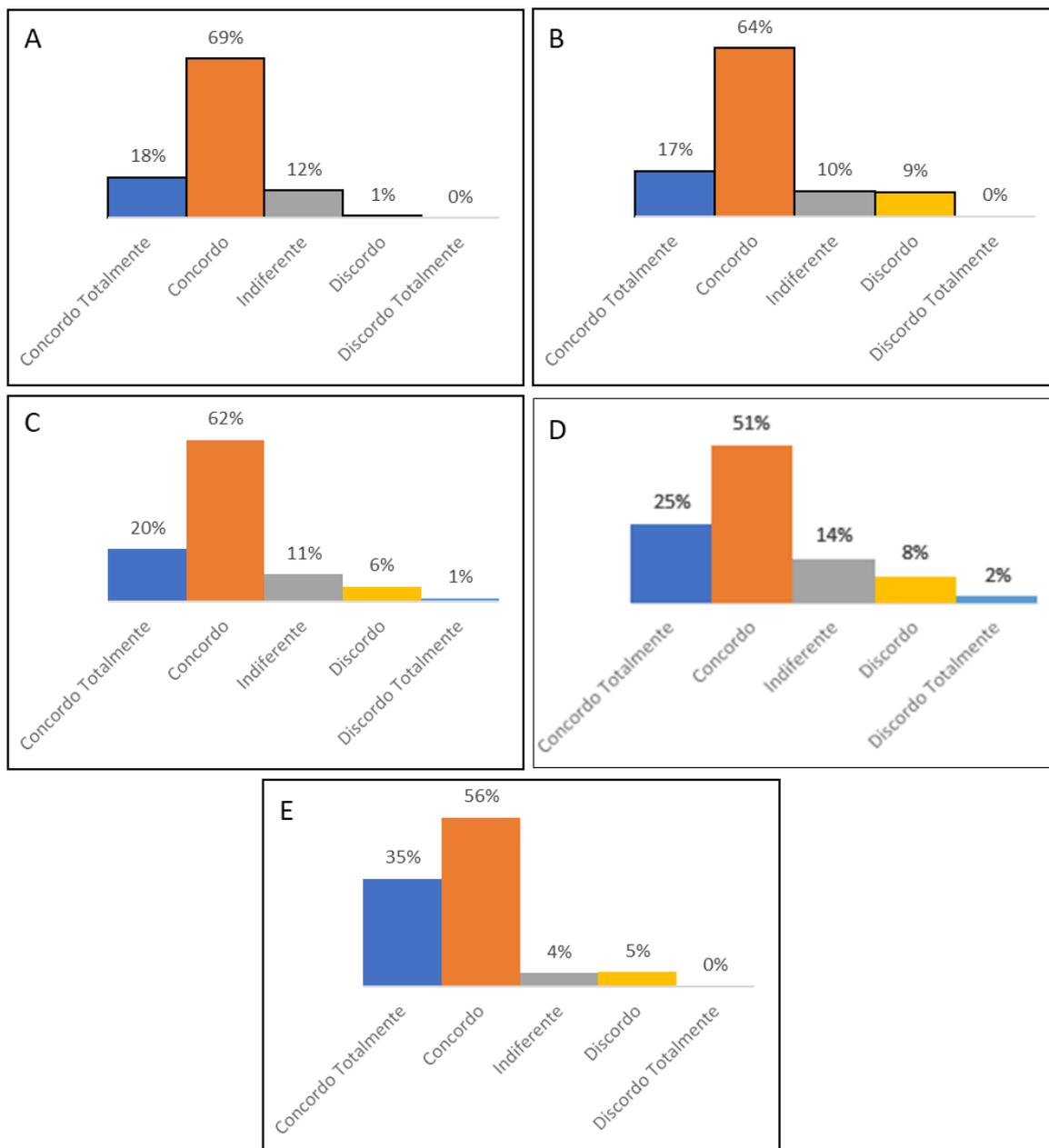


Figura 3 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** As atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na UEMG estão em acordo com o PDI. **(B)** As dinâmicas de ensino desenvolvidas na sua Unidade Acadêmica estão alinhadas com o planejado no Projeto Pedagógico de Curso. **(C)** O perfil do profissional traçado pelos Projetos Pedagógicos de Curso está alinhado com as competências exigidas pelo mercado de trabalho. **(D)** Na Unidade Acadêmica observa-se o incentivo do emprego de inovações didático-pedagógicas e novas tecnologias no ensino. **(E)** Os materiais de apoio (textos, estudos de caso e etc.) disponibilizados contribuem para o aprendizado. Fonte: CPA/Carangola (2020)

A figura 4 mostra os resultados das análises dos estudantes no que diz respeito à pesquisa na Unidade. Assim, os resultados apontam que 64% dos respondentes reconhecem os esforços direcionados à internacionalização (Figura 4 A). Embora o percentual ainda represente a maioria, o dado indica um percentual um pouco abaixo dos índices de

conhecimento apresentado nas questões anteriores.

Como pode-se verificar, o total de 77% dos respondentes considera que *Os temas investigados nos projetos e grupos de pesquisa da Unidade Acadêmica referem-se às questões de âmbito local, regional e nacional* (Figura 4 B). Oitenta e quatro por cento percebem que as atividades de Pesquisa estão articuladas com as de Ensino e Extensão (Figura 4 C) e, 87% concordam que a Unidade incentiva e apoia a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e científicos (Figura 4 D).

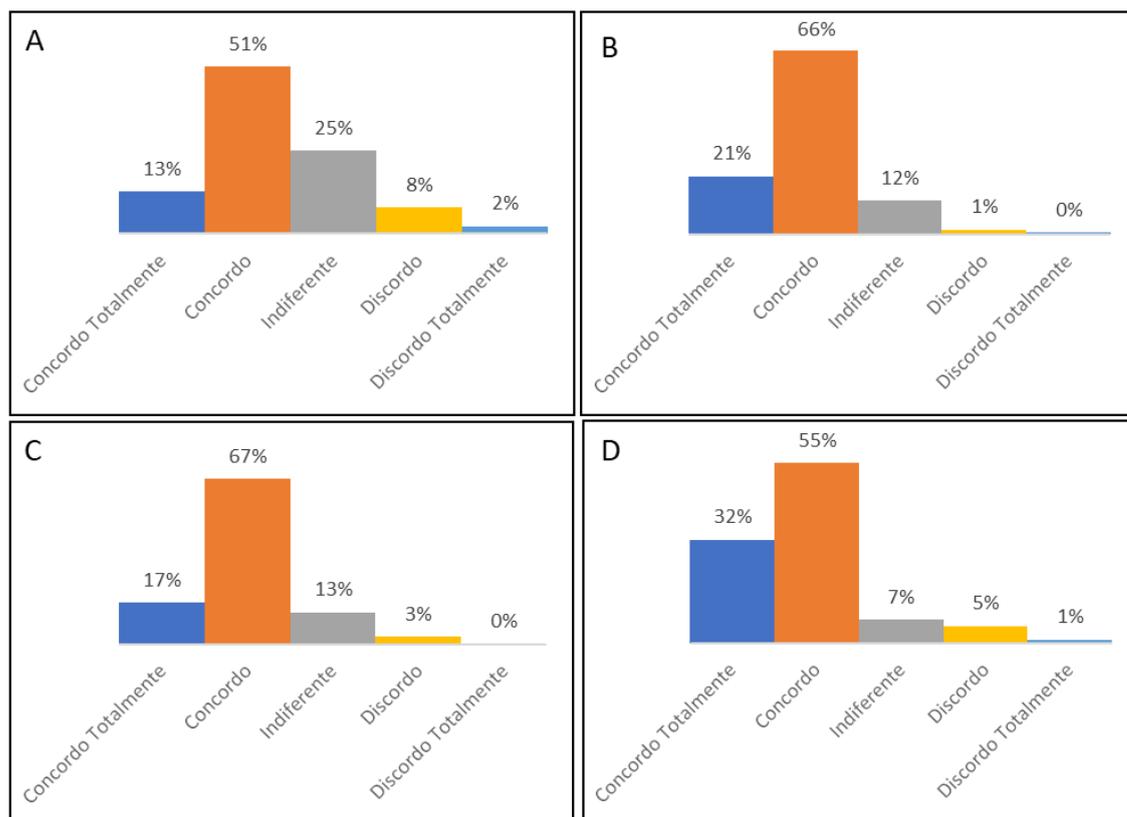


Figura 4 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** A UEMG tem empreendido esforços direcionados a internacionalização da Instituição. **(B)** Os temas investigados nos projetos e grupos de pesquisa da Unidade Acadêmica referem-se às questões de âmbito local, regional e nacional. **(C)** As atividades de pesquisa encontram-se articuladas com atividades de ensino e extensão. **(D)** A Unidade Acadêmica incentiva e apoia a participação em eventos acadêmicos, culturais e científicos. Fonte: CPA/Carangola (2020)

A figura 5 mostra o ponto de vista dos estudantes em relação às atividades de extensão na UEMG e na Unidade de Carangola. Os resultados mostram que 72% dos estudantes afirmam que ocorre de forma articulada com demandas e necessidades locais e regionais (Figura 5 A). O percentual sobe para 88% em relação à compreensão de que as atividades de extensão contribuem de forma concreta para sua formação (Figura 5 B) e 81% observam que essas atividades estão articuladas com as de Ensino e de Pesquisa (Figura 5 C).

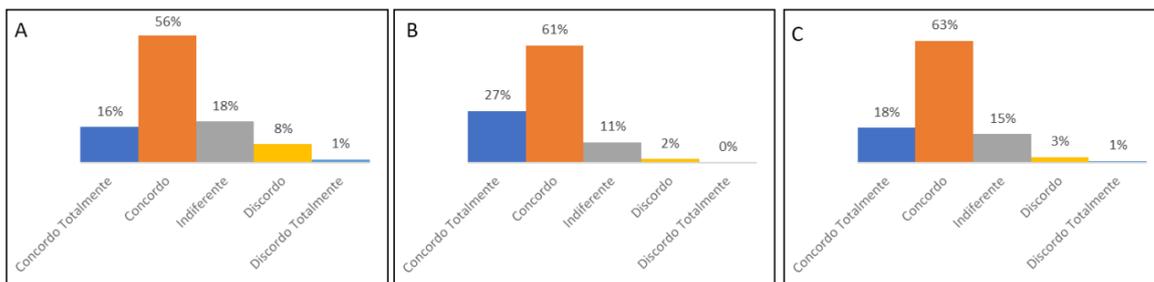


Figura 5 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** O desenvolvimento de atividades de extensão da sua Unidade Acadêmica mostra-se articulado com demandas e necessidades locais e regionais. **(B)** As atividades de extensão contribuem de forma concreta para a formação dos estudantes. **(C)** As atividades de extensão encontram-se articuladas com atividades de ensino e pesquisa. Fonte: CPA/Carangola (2020)

Ainda na dimensão 2, foi analisada a percepção dos acadêmicos em relação à Pós-Graduação na Unidade. Sobre as formas de ingresso nos cursos de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*, observa-se que metade dos acadêmicos entendem que são adequadas e divulgadas para toda a comunidade, entretanto, a outra metade não possui a mesma visão. Provavelmente, isso se deve em virtude de a Unidade, atualmente, possuir um único curso de pós-graduação (especialização). Contudo, 66% consideram que, eventualmente, os cursos de graduação e pós-graduação desenvolvem atividades inter-relacionadas e/ou conjuntas, tais como palestras e seminários. Certamente, porque os acadêmicos visualizam essas atividades durante os seminários de pesquisa e extensão promovidos em articulação com todas as unidades acadêmicas.

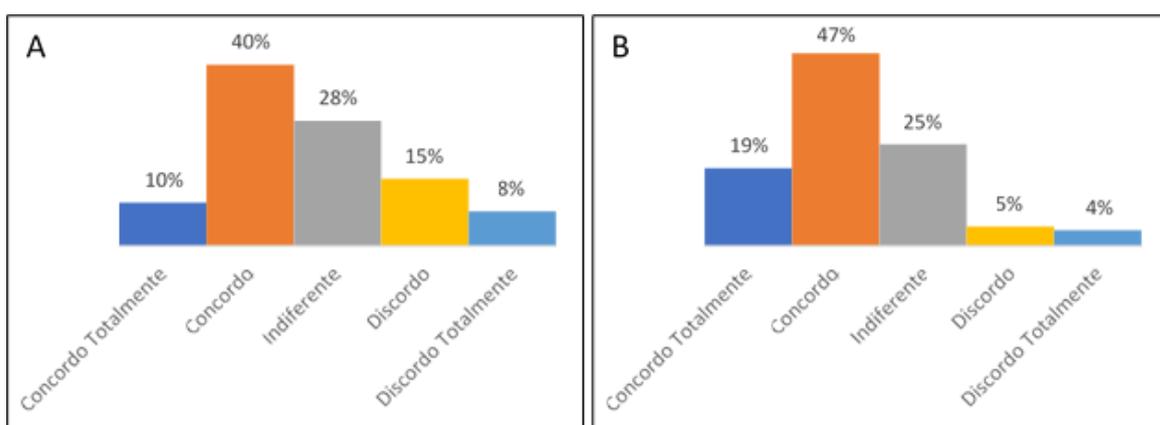


Figura 6 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** As formas de ingresso nos cursos de pós-graduação *Lato* (especialização) e *stricto sensu* são adequadas e divulgadas para toda a comunidade acadêmica. **(B)** Os cursos de graduação e pós-graduação na Unidade Acadêmica desenvolvem atividades inter-relacionadas e até mesmo conjuntas eventualmente (palestras, seminários e etc). Fonte: CPA/Carangola (2020).

Na avaliação da dimensão 4, que aborda a Comunicação com a Sociedade, foram avaliados aspectos relacionados à relação a comunicação interna e externa, bem como sobre a adequação da imagem veiculada da instituição nesses meios de comunicação.

Sobre os canais de comunicação internos utilizados pela Unidade, 64% dos acadêmicos consideram que eles são eficientes (Figura 7 A). E 61% informam que a *Unidade Acadêmica disponibiliza meios, para a comunidade, que possibilitam a manifestação de críticas, sugestões e respostas a respeito dos serviços prestados pela Instituição* (Figura 7 B). Já em relação à imagem da Universidade divulgada nos meios de comunicação social, 79% consideram como adequada (Figura 7 C). Com base nas respostas referentes à comunicação interna e externa um indicativo de que é possível investir no aprimoramento desses meios, pois, ainda que representem a maioria, é significativo que parte dos discentes que responderam ao questionário se mostrem indiferentes ou discordem. Sobre tais questões, ressalta-se que a unidade utiliza e-mails, página na internet, redes sociais como *Instagram e Facebook* entre outros, como a Rádio Educativa com a qual a unidade tem parceria. Entretanto, é importante lembrar que o momento da aplicação do questionário foi marcado pela pandemia.

O período pandêmico exigiu a suspensão temporária das atividades de ensino na UEMG, as demais seguiram de forma virtual. Após breve período, as atividades de ensino, assim como as demais, passaram a ser desenvolvidas no ambiente virtual. E as atividades presenciais – a maioria desenvolvida pelo corpo técnico-administrativo – seguiram um protocolo sanitário que alterou o funcionamento das unidades. Ainda que medidas como a disponibilização de canais como *WhatsApp* pessoais de boa parte dos docentes, reunião no ambiente virtual *Teams* etc., tenham sido utilizadas na tentativa de mitigar os problemas, acredita-se que esses fatores possam ter afetado a eficiência da comunicação.

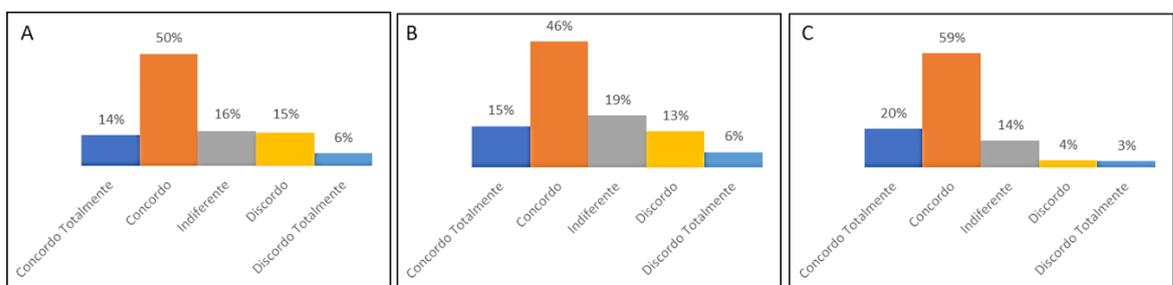


Figura 7 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade) da análise. **(A)** *Os canais de comunicação internos da Unidade Acadêmica são eficientes.* **(B)** *A Unidade Acadêmica disponibiliza meios, para a comunidade, que possibilitam a manifestação de críticas, sugestões e respostas a respeito dos serviços prestados pela Instituição.* **(C)** *Os meios de comunicação social veiculam uma imagem pública adequada da UEMG.* Fonte: CPA/Carangola

(2020).

A figura 8 mostra os resultados obtidos para a avaliação dos estudantes no que diz respeito à Política de Atendimento aos Estudantes (dimensão 9).

Conforme verifica-se na figura 8 A, 42% dos estudantes compreendem que a *Unidade Acadêmica e a UEMG, como um todo, possuem mecanismos direcionados para o apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais*, enquanto 21% discordam e 27% afirmam ser indiferentes. Destaca-se que a soma dos que discordam, são indiferentes ou não conhecem, é maior do que a dos que declaram concordar. Nesse sentido, é importante que sejam organizadas formas de divulgação do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), política existente e, em vigor na UEMG, bem como se aperfeiçoem os atendimentos neste órgão para que os estudantes se sintam mais aparados e acolhidos.

Quanto às informações referentes à oferta de bolsas na Unidade Acadêmica (Figura 8 B), 62% dos acadêmicos participantes declaram que são divulgadas adequadamente e 38% discordam ou são indiferentes. Neste quesito, também é possível pensar em alternativas, além das que já são empreendidas, para atingir o percentual dos que ainda não tomam conhecimento dos processos.

No que tange à política de acompanhamento do egresso, 61% acreditam que ela tem evoluído na Unidade Acadêmica e 39% são indiferentes ou discordam (Figura 8 C).

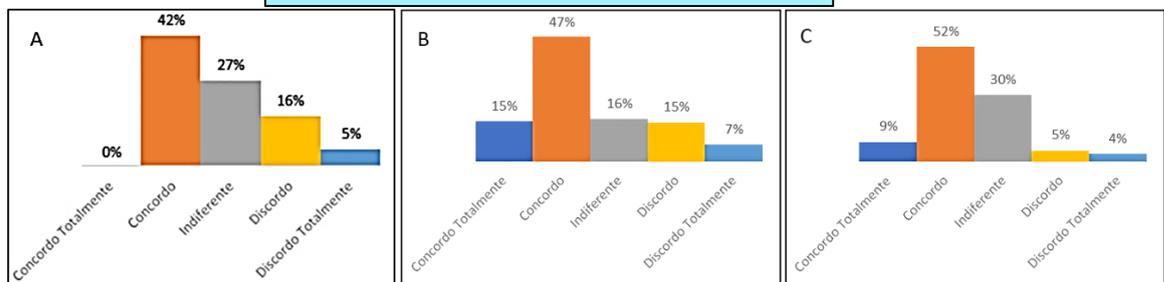


Figura 8 – Respostas da autoavaliação do eixo 3 (dimensão 9 – Política de Atendimento aos Estudantes) da análise. **(A)** A Unidade Acadêmica e a UEMG, como um todo, possuem mecanismos direcionados para o apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais. **(B)** As informações referentes à oferta de bolsas na Unidade Acadêmica são divulgadas adequadamente. **(C)** A política de acompanhamento do egresso tem evoluído na Unidade Acadêmica. Fonte: CPA/Carangola (2020).

5.4. Eixo 4: políticas de gestão

No eixo 4 encontram-se as dimensões Organização e Gestão da Instituição (dimensão 6) e Sustentabilidade Financeira (dimensão 10). A dimensão 5 (Políticas de Pessoal) não foi abordada entre os estudantes (dimensão 5) por estar mais diretamente ligada aos docentes e servidores técnicos- administrativo. Assim, o instrumento aplicado aos discentes não contemplou questões relativas às políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

A dimensão 6 avalia a organização e gestão da instituição, dentre eles órgãos colegiados; regulamentos e normas internas; funcionamento dos registros acadêmicos; recursos de informação, entre outros. Contemplando essa dimensão, o instrumento aplicado aos discentes abordou a participação da comunidade acadêmica na gestão e a eficácia da comunicação de informações relacionadas às decisões da gestão.

A figura 8 (A) mostra que 67% dos participantes concorda que a *comunidade acadêmica participa efetivamente da gestão na Unidade Acadêmica*. O que caracteriza mais da metade dos estudantes. Entende-se que o percentual dos que são indiferentes ou discordam, pode ser melhorado. Considerando que no PDI a gestão da UEMG é pensada de forma a englobar toda a comunidade acadêmica:

A estrutura, a competência, a integração e o funcionamento dos diversos setores que compõem a Universidade são estabelecidos no Decreto 45873/2011, em seu Estatuto e no Regimento Geral. A estrutura delineada nesses documentos privilegia a gestão colegiada e a participação dos três segmentos da comunidade universitária (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) no estabelecimento das políticas da Instituição (PDI UEMG 2015-2024, 2014, p.11).

No que tange à *comunicação de informações referentes às decisões da gestão na Instituição*, 69% dos participantes consideraram como sendo eficaz (Figura 8 B).

Tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos nas ofertas da educação superior, constata-se na Figura 8 C que somente 37% dos respondentes concordam que a Unidade Carangola possui sustentabilidade financeira. Mais de 60% discordam ou são indiferentes. Este resultado pode ser entendido como o fato de que talvez os estudantes não tenham um entendimento claro acerca das questões relativas a esta dimensão.

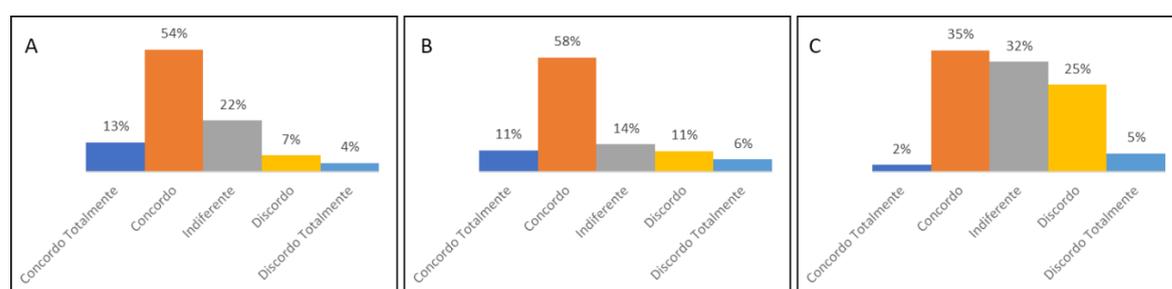


Figura 8 – Respostas da autoavaliação do eixo 4 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. **(A)** *A comunidade acadêmica participa efetivamente da gestão na Unidade Acadêmica.* **(B)** *A comunicação de informações referentes às decisões da gestão na Instituição é eficaz.* Sobre a dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira), a figura **(C)** mostra a respostas sobre *A Unidade Acadêmica dispõe dos recursos financeiros necessários para o atendimento de suas demandas.* Fonte: CPA/Carangola (2020).

5.5 eixo 5: infraestrutura física

Neste eixo apresenta-se a dimensão 7, sobre a Infraestrutura Física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recurso de informática e comunicação. Considerando que os estudantes que ingressaram no ano de 2020, tiveram poucos dias de aula presenciais antes

do início da pandemia e não tiveram tempo de conhecer todas as instalações da unidade. todas as questões traziam no enunciado o seguinte texto: “Caso você não conheça a infraestrutura física da Unidade Acadêmica em função da pandemia ou, por qualquer outro motivo, marque a opção ‘Desconheço’”. Embora a opção não seja mostrada nos gráficos gerados, o quantitativo que falta para chegar a 100% no cômputo das respostas diz respeito aos respondentes que assinalaram essa opção.

Em relação à infraestrutura da unidade, 59% dos acadêmicos consideram que as salas de aula, biblioteca, laboratórios, atendem às necessidades dos docentes e estudantes, enquanto 23% discordam, 11% são indiferentes (Figura 9 A). Os 7% que não aparecem no gráfico marcaram a opção “desconheço”.

Sobre os equipamentos dos laboratórios existentes da Unidade Acadêmica atenderem às necessidades dos estudantes em matéria de qualidade equantidade, 36% concordam; 20% discordam; 11% são indiferentes e 33% desconhecem (Figura 9 B).

Sobre as instalações da UEMG, bem como os recursos didático- pedagógicos, serem adequadas para estudantes com necessidades especiais, a figura 9 C aponta que 36% responderam afirmativamente, enquanto 33% discordam. Onze por cento são indiferentes e 20% desconhecem.

No que tange ao acervo da biblioteca, a figura 9 D mostra que 69% afirmam que atende às necessidades dos professores e estudantes. 18% discordam ou são indiferentes e 13% desconhecem.

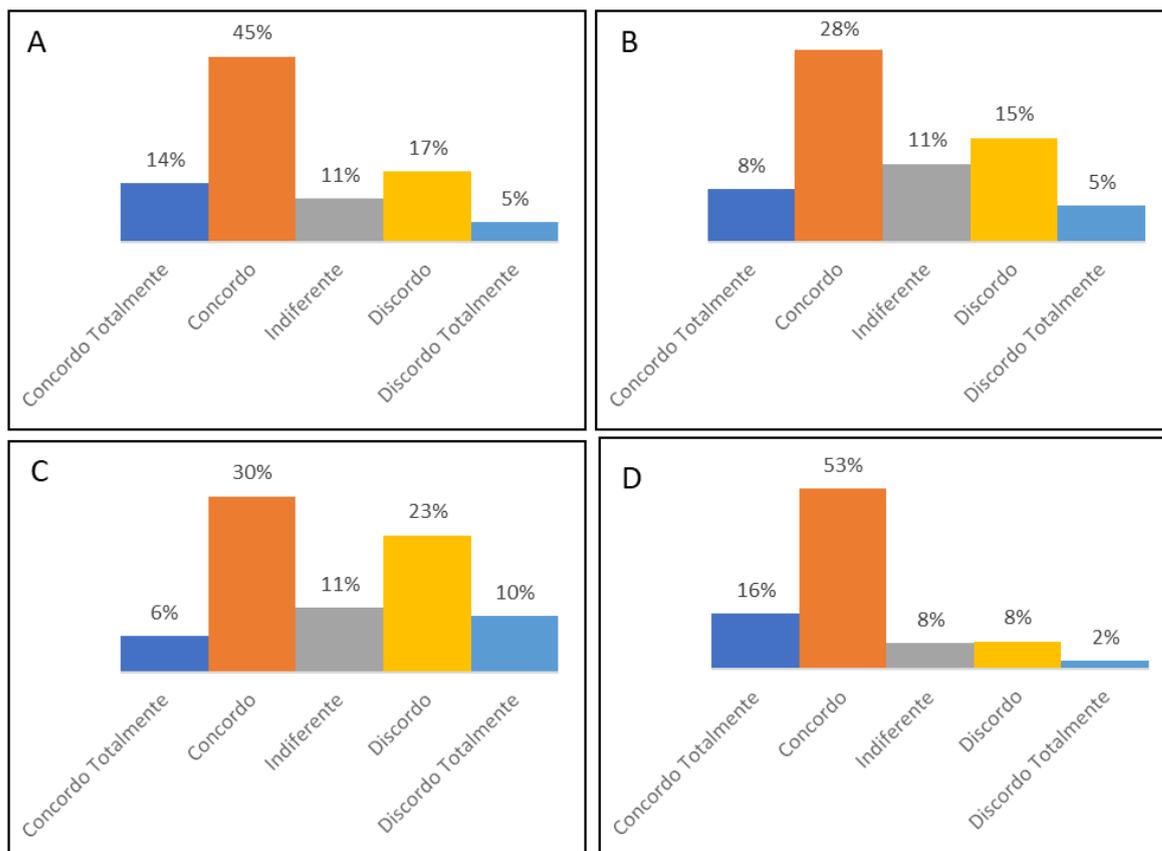


Figura 9 – Respostas da autoavaliação do eixo 5 (dimensão 7 – Infraestrutura Física) da análise. **(A)** A infraestrutura física da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios) atende às necessidades dos docentes e estudantes. **(B)** Os equipamentos dos laboratórios existentes da Unidade Acadêmica atendem as necessidades dos estudantes em matéria de qualidade e quantidade. **(C)** As instalações da UEMG, bem como os recursos didático-pedagógicos, são adequadas para estudantes com necessidades especiais. **(D)** O acervo da biblioteca atende às necessidades dos professores e estudantes. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Conforme já explicitado, os indicativos relacionados ao desconhecimento dos espaços, certamente, se encontram relacionados à suspensão das aulas presenciais. Entretanto, especialmente a questão suscitada pelo resultado apresentado na figura 9 A, trata-se, provavelmente da percepção dos estudantes em relação à acessibilidade, por exemplo. Na unidade, ainda não há elevadores e, em alguns blocos, também não existem rampas. Fatos estes, os quais a gestão vem trabalhando para sanar. Inclusive houve visita dos engenheiros do DEER/MG, órgão responsável por esse tipo demanda em prédios públicos e consta um relatório arquivado no setor de Patrimônio da Unidade.

6. Relatório parcial avaliação dos docentes - CPA/Carangola (2020-2021)

Esse relatório tem por objetivo analisar o conjunto de dados obtidos por meio dos instrumentos que foram aplicados pela CPA aos docentes da Unidade Carangola. Destaca-se que foi proferida uma análise descritiva dos dados visando a quantificar, descrever e sumarizar as respostas que foram apontadas nos questionários respondidos pelos professores da Unidade Carangola. Com base nestas informações torna-se possível direcionar as tomadas de decisões e a elaboração de propostas de planos de ações que visem a melhorias nos resultados alcançados.

Seguindo os mesmos eixos e dimensões, os instrumentos foram aplicados aos professores em dois momentos, o primeiro, referente ao ano letivo de 2020, previsto para o encerramento no mês de março, foi aplicado em abril de 2020, juntamente com o dos estudantes. O instrumento, com questões sobre a estrutura geral, aplicado para todas as unidades pela CPA Central, foi respondido por 50 docentes.

O segundo instrumento foi elaborado pela CPA da Unidade Carangola e foi aplicado no mês de agosto de 2021, com questões mais específicas sobre a carreira, as condições de trabalho e sobre própria autoavaliação de sua atuação. Esse instrumento foi disponibilizado pela plataforma *Google Forms* e respondido por 43 docentes.

Nesta seção, apresentam-se dados oriundos desses dois instrumentos.

6.1. Eixo 1: planejamento e avaliação institucional

Neste eixo, foi analisada a dimensão 8, que trata do Planejamento e Avaliação. Para 90% dos docentes o PDI da UEMG constitui planejamento estratégico no futuro da instituição. Somente 2% discordam e 8% estão alheios ao processo.

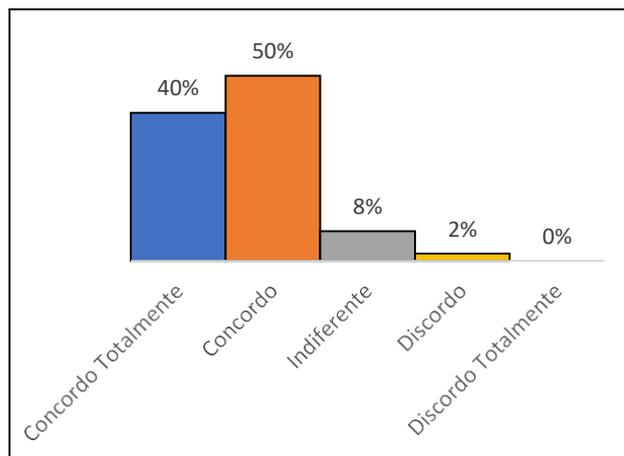


Gráfico 02 - Respostas da avaliação docente sobre o eixo 1 (dimensão 8 – Planejamento e Avaliação) da análise. O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UEMG constitui planejamento estratégico de um futuro promissor para a instituição. Fonte: CPA/Carangola (2020).

6.2. Eixo 2: desenvolvimento institucional

As dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foram avaliadas pelos docentes. A figura 10 mostra os resultados obtidos na análise deste acerca da missão de UEMG e de seu PDI.

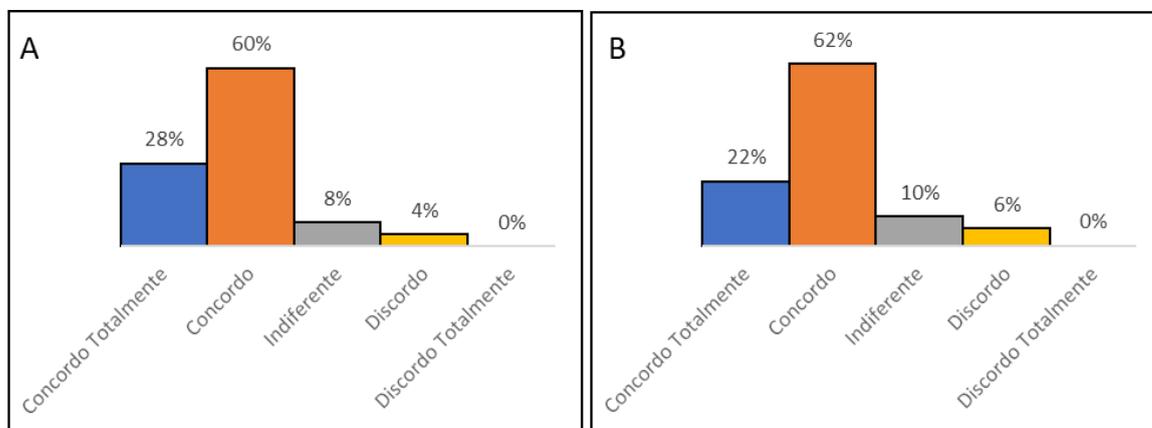


Figura 10 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 2 (dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) da análise. (A) As ações previstas no PDI contribuem para o cumprimento da missão da UEMG (B) As atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na UEMG estão em acordo com o PDI. Fonte: CPA/Carangola (2020).

A figura 11 explicita o ponto de vista dos professores sobre a responsabilidade social que se configura com um ponto central da missão da IES em seu PDI.

Nela, observa-se nos gráficos A e B que 90% dos docentes afirmam que tanto *os temas investigados nos projetos e grupos de pesquisa da Unidade Acadêmica* quanto as atividades de extensão referem-se ou estão articuladas a *questões de âmbito local, regional e nacional*. O gráfico C mostra que para 94% dos respondentes a Universidade desenvolve atividades científicas, técnicas e culturais que também contribuem para o desenvolvimento local e regional.

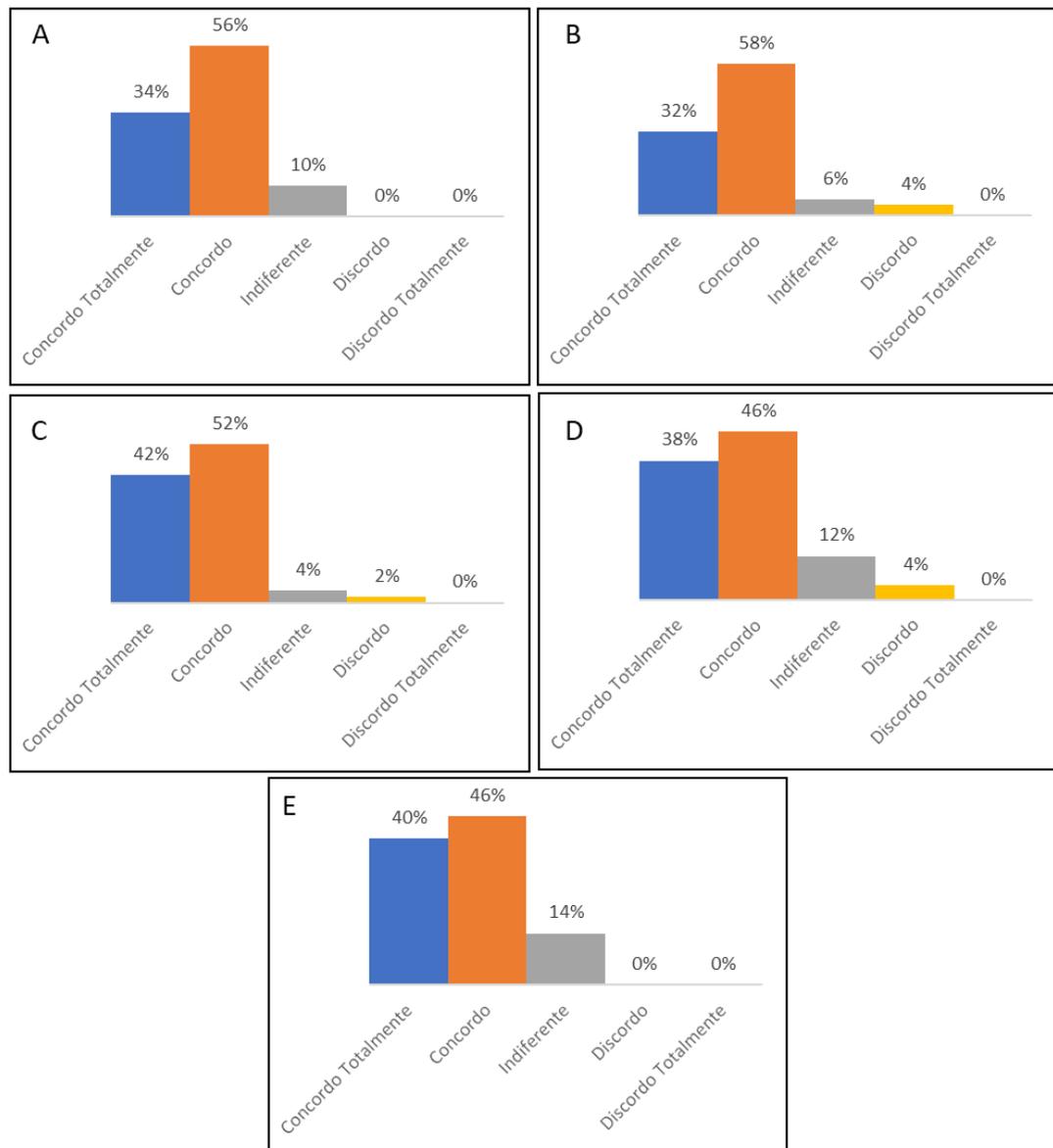


Figura 11 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 2 (dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição) da análise. **(A)** *Os temas investigados nos projetos e grupos de pesquisa da Unidade Acadêmica referem-se a questões de âmbito local, regional e nacional.* **(B)** *O desenvolvimento de atividades de extensão da sua Unidade Acadêmica mostra-se articulado com demandas e necessidades locais e regionais.* **(C)** *A UEMG desenvolve atividades científicas, técnicas e culturais que contribuem para desenvolvimento local e regional.* **(D)** *A Unidade Acadêmica mantém relações oportunas com instituições sociais, culturais e educativas.* **(E)** *A Unidade Acadêmica desenvolve ações voltadas à promoção da cidadania, atenção a setores sociais e políticas de ação afirmativa.* Fonte: CPA/Carangola (2020).

Sobre a manutenção de relações oportunas entre a Unidade e as instituições sociais, culturais e educativas, 84% dos professores confirmam essa premissa (Figura 11 D) e 86% (Figura 11 E) compreendem que a Unidade também desenvolve ações voltadas à promoção da cidadania, atenção a setores sociais e políticas de ação afirmativa. Portanto, para maioria dos participantes, a UEMG Carangola vem cumprindo com sua proposta e com seu compromisso da responsabilidade social.

6.3. Eixo 3: políticas acadêmicas

No que tange às políticas acadêmicas, avaliou-se a dimensão 2, Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; a dimensão 4, Comunicação com a Sociedade; e a dimensão 9, Política de Atendimento aos Discentes.

A figura 12 traz a avaliação dos docentes sobre aspectos relacionados ao ensino e, no que diz respeito a estas políticas, os resultados demonstram que para 96% dos docentes, o projeto pedagógico do curso é um referencial importante para o estudante (Figura 12 A). Para 88%, dos cinquenta professores que responderam ao formulário, as dinâmicas de ensino desenvolvidas na Unidade Acadêmica de Carangola estão alinhadas com o planejado no projeto pedagógico de curso (Figura 12 B). Já o gráfico da figura 12 C mostra que para 92% o perfil do profissional traçado pelos projetos pedagógicos dos cursos está alinhado com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.

A figura 12 D aponta que 80% dos respondentes observam que na Unidade Acadêmica de Carangola o incentivo do emprego de inovações didático-pedagógicas e novas tecnologias no ensino está presente. Por fim, 90% dos professores demonstram que consideram os materiais de apoio (textos, estudos de caso, etc) disponibilizados contribuem para o aprendizado dos estudantes (Figura 12 E).

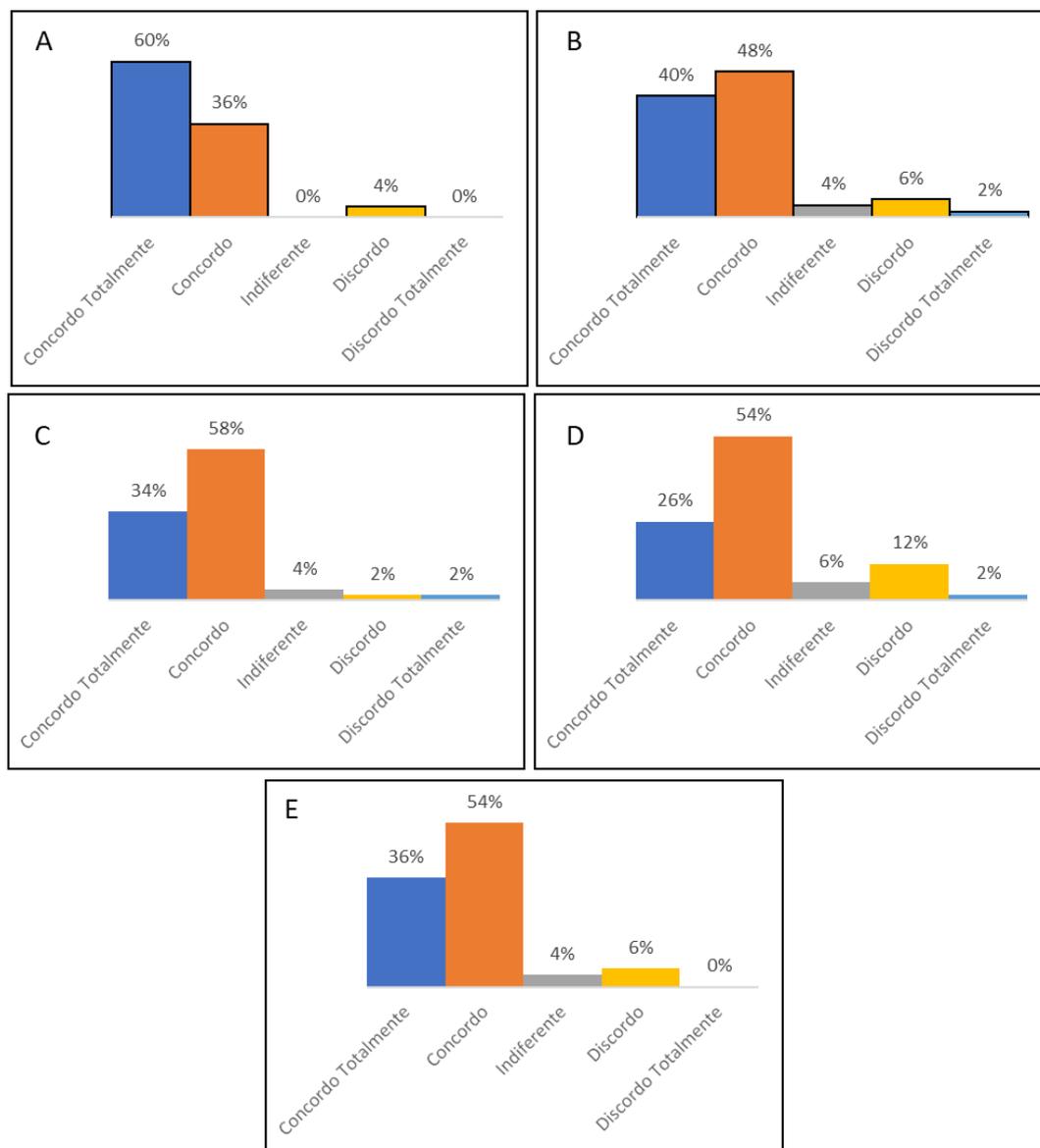


Figura 12 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** *O Projeto Pedagógico de Curso é um referencial importante para o estudante.* **(B)** *As dinâmicas de ensino desenvolvidas na sua Unidade Acadêmica estão alinhadas com o planejado no Projeto Pedagógico de Curso.* **(C)** *O perfil do profissional traçado pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos está alinhado com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.* **(D)** *Na Unidade Acadêmica observa-se o incentivo do emprego de inovações didático-pedagógicas e novas tecnologias no ensino.* **(E)** *Os materiais de apoio (textos, estudos de caso, etc) disponibilizados contribuem para o aprendizado.* Fonte: CPA/Carangola (2020).

A figura 13 traz a avaliação dos docentes sobre aspectos relacionados à pesquisa e, neste quesito, 82% compreendem que a Instituição tem empreendido esforços para que a internacionalização se efetive (Figura 13 A). Na figura 13 B, nota-se que 70% dos professores afirmam que grupos de pesquisa divulgam informações sobre suas atividades e que eles são abertos a participação de interessados na Unidade Acadêmica. Outros 16% são indiferentes e 14% discordam.

O gráfico da figura 13 C, mostra a resposta dos participantes sobre às estratégias de divulgação de trabalhos científicos nas Unidades Acadêmicas da UEMG e, nesse sentido, 82% afirmaram que elas são eficazes e atingem as representações acadêmicas.

Uma questão chama a atenção é que a percepção de 58% dos docentes de que quantidade de bolsas de pesquisa e extensão disponibilizadas pela UEMG não atende à demanda da comunidade acadêmica (Figura 13 D). Somente 28% dos respondentes entendem o contrário e 14% deles estão indiferentes à questão. No que concerne à articulação entre as atividades de pesquisa com as de ensino e extensão, 78% declaram que elas estão articuladas, enquanto 8% discordam e 14% são indiferentes (Figura 13 E).

Acerca da participação em eventos acadêmicos, culturais e científicos (Figura 13 F), 80% dos docentes afirmam que a instituição oferece apoio e incentivo, somente 8% discordam e 12% são indiferentes a essa questão.

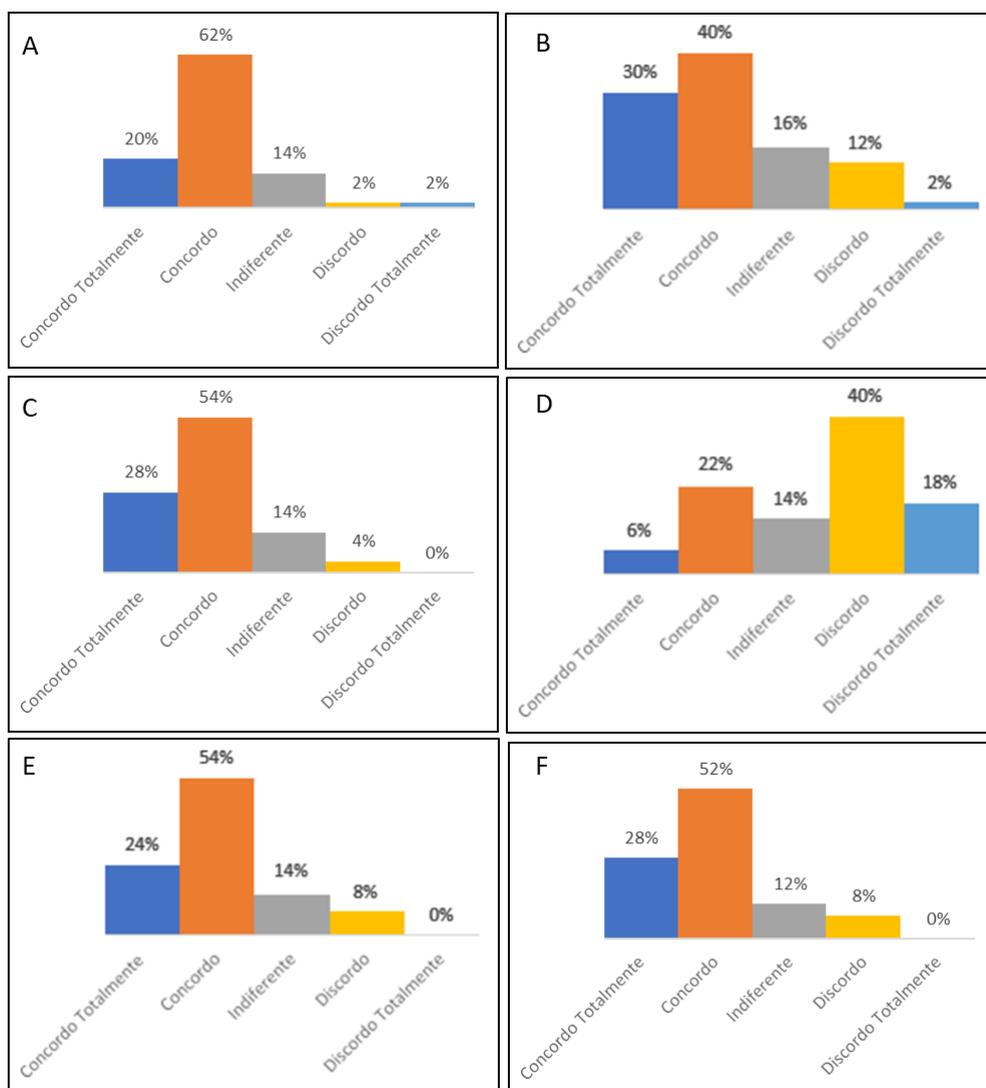


Figura 13 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. (A) A UEMG tem empreendido esforços direcionados

a internacionalização da Instituição. (B) Os grupos de pesquisa divulgam informações sobre suas atividades e são abertos a participação de interessados na Unidade Acadêmica. (C) As estratégias de divulgação de trabalhos científicos nas Unidades Acadêmicas da UEMG (seminários, catálogos de publicação, boletins, etc) são eficazes e atingem as representações acadêmicas. (D) A quantidade de bolsas de pesquisa e extensão disponibilizadas pela UEMG atende à demanda. (E) As atividades de pesquisa encontram-se articuladas com atividades de ensino e extensão. (F) A Instituição incentiva e apoia a participação em eventos acadêmicos, culturais e científicos. Fonte: CPA/Carangola (2020).

A figura 14 traz respostas dadas pelos docentes, especificamente, a questões relativas às atividades de extensão. Nela, fica evidente que a maior parte dos docentes, 92%, consideram que as atividades de extensão contribuem de forma concreta para a formação dos estudantes (Figura 14 A) e que 84% dos docentes avalia que as atividades de extensão se encontram articuladas com atividades de ensino e pesquisa (Figura 14 B). Noventa por cento dos docentes respondentes consideram que as atividades de extensão são divulgadas na Unidade Acadêmica de Carangola e a participação de interessados é aberta para a comunidade (Figura 14 C).

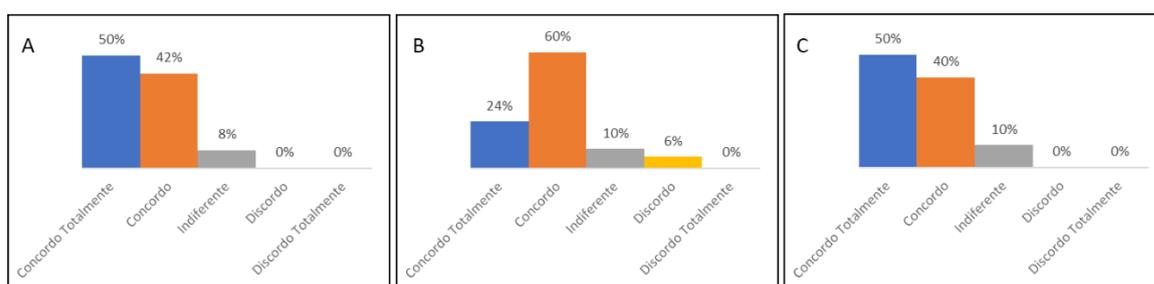


Figura 14 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. (A) As atividades de extensão contribuem de forma concreta para a formação dos estudantes. (B) As atividades de extensão encontram-se articuladas com atividades de ensino e pesquisa. (C) As atividades de extensão são divulgadas na Unidade Acadêmica e a participação de interessados é aberta para a comunidade acadêmica. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Em relação à pós-graduação, a figura 15 mostra os resultados. E, quando questionados sobre adequação e divulgação das formas de ingresso nos cursos de Pós-Graduação *lato* (especialização) e *stricto sensu* para a comunidade acadêmica, 52% dos docentes respondeu que concordam que são adequadas e divulgadas. 8% discordam e 38% são indiferentes (Figura 15 A). Provavelmente, isso se deva ao fato de haver somente um Curso de Pós-Graduação na Unidade.

Metade dos respondentes concordam que *as políticas institucionais direcionadas a pós-graduação lato e stricto sensu contribuem para a melhoria da qualidade e gestão desses cursos*, sendo que 8% discordam dessa afirmação e 42% são indiferentes (Figura 15 B).

Por último, 48% afirmam que os cursos de graduação e pós-graduação na Unidade Acadêmica desenvolvem atividades inter-relacionadas e até mesmo conjuntas eventualmente (palestras, seminários e etc), entretanto, 14% discordam e 38% são indiferentes (Figura 15 C).

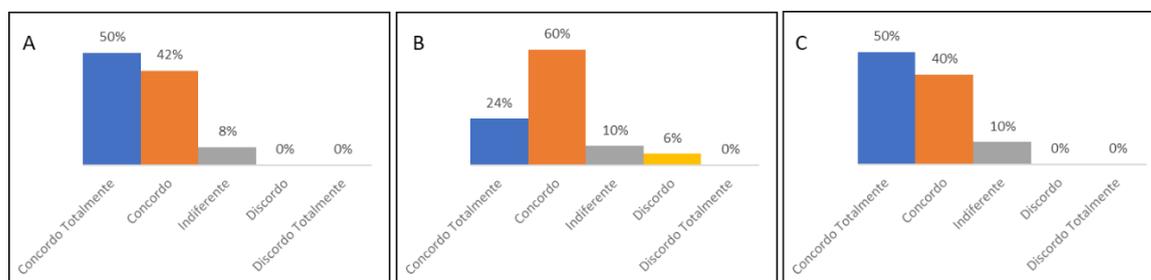


Figura 15 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) da análise. **(A)** As formas de ingresso nos cursos de Pós-Graduação lato (especialização) e stricto sensu são adequadas e divulgadas para toda a comunidade acadêmica. **(B)** As políticas institucionais direcionadas a pós-graduação lato e stricto sensu contribuem para a melhoria da qualidade e gestão desses cursos. **(C)** Os cursos de graduação e pós-graduação na Unidade Acadêmica desenvolvem atividades inter-relacionadas e até mesmo conjuntas eventualmente (palestras, seminários e etc). Fonte: CPA/Carangola (2020).

No que diz respeito à comunicação com a sociedade (eixo 3, dimensão 4) tem-se que, para 78% dos participantes, os meios de comunicação utilizados pela Unidade Acadêmica para informar a comunidade sobre as atividades acadêmicas são eficientes (Figura 16 A). Em relação aos canais de comunicação internos da Unidade Acadêmica, 86% consideram-os eficientes (Figura 16 B).

Já na figura 16 C, 58% consideraram que a Unidade Acadêmica de Carangola disponibiliza meios para a comunidade, que possibilitam a manifestação de críticas, sugestões e respostas a respeito dos serviços prestados pela Instituição. Os docentes avaliaram ainda a imagem pública da UEMG veiculada pelos meios de comunicação social e, nesse quesito, 76% consideram que é adequada (Figura 16 D).

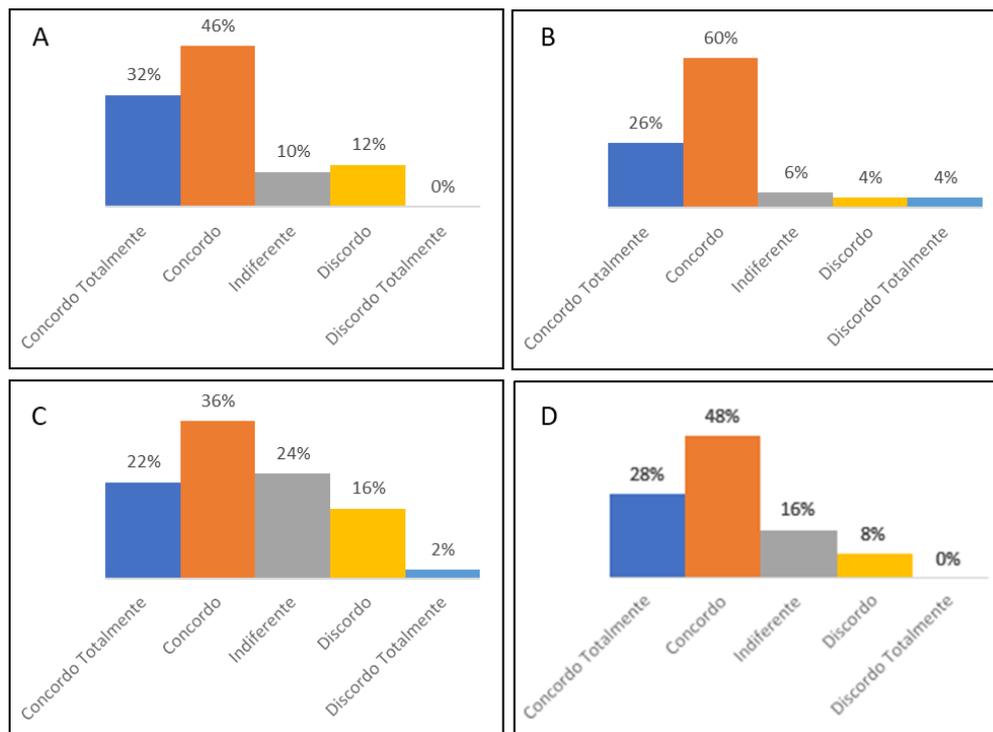


Figura 16 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade) da análise. **(A)** Os meios de comunicação utilizados pela Unidade Acadêmica para informar a comunidade sobre as atividades acadêmicas são eficientes. **(B)** Os canais de comunicação internos da Unidade Acadêmica são eficientes. **(C)** A Unidade Acadêmica disponibiliza meios, para a comunidade, que possibilitam a manifestação de críticas, sugestões e respostas a respeito dos serviços prestados pela Instituição. **(D)** Os meios de comunicação social veiculam uma imagem pública adequada da UEMG. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Na dimensão 9, Política de Atendimento aos Estudantes, encerra a avaliação do eixo 3, trazendo a informação de que 68% dos docentes entendem que a Unidade Acadêmica de Carangola e a UEMG, como um todo, *possuem mecanismos direcionados para o apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais* (Figura 17 A). Por outro lado, 16% discordam e outros 16% são indiferentes.

Sobre a divulgação das informações de oferta de bolsas na Unidade Acadêmica de Carangola, 82% dos docentes afirmam que são adequadas (Figura 17 B).

Fechando as questões relativas a esta dimensão, a figura 17 C mostra que 32% dos docentes consideram que a política de acompanhamento do egresso tem evoluído na Unidade Acadêmica, enquanto 24% discordam e 44% são indiferentes. Esses dados demonstram a fragilidade nessa política que vinha sendo feita pontualmente, sem uma política da Unidade e nem da UEMG, como um todo, sendo constituída.

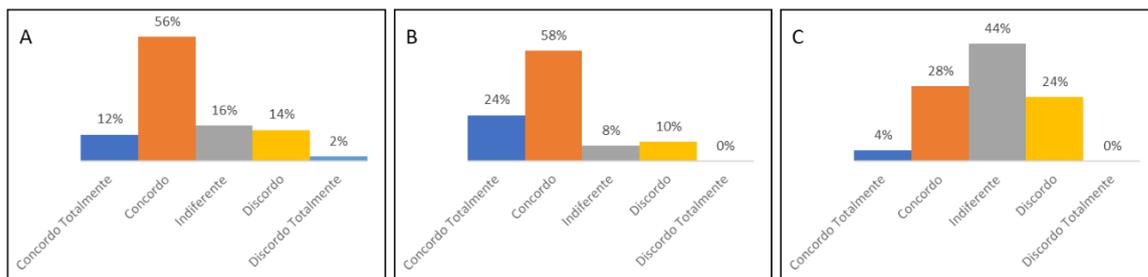


Figura 17 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 3 (dimensão 9 – Política de Atendimento aos Estudantes) da análise. **(A)** A Unidade Acadêmica e a UEMG, como um todo, possuem mecanismos direcionados para o apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais. **(B)** As informações referentes à oferta de bolsas na Unidade Acadêmica são divulgadas adequadamente. **(C)** A política de acompanhamento do egresso tem evoluído na Unidade Acadêmica. Fonte: CPA/Carangola (2020).

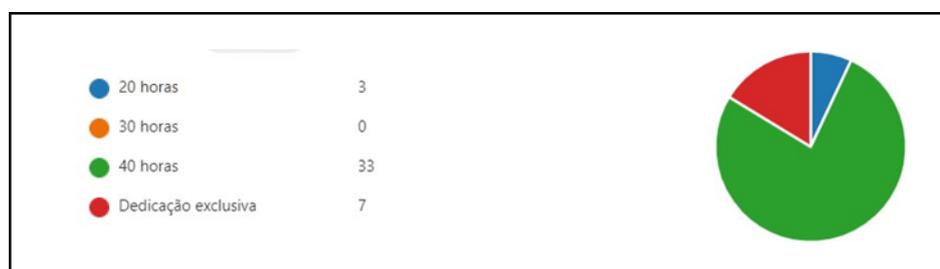
6.4. Eixo 4: políticas de gestão

Neste eixo, foram avaliadas a dimensão Políticas de Pessoal (5), Organização e Gestão da Instituição (6) e Sustentabilidade Financeira (10). Por se tratar de assuntos muito relacionados à carreira do servidor, a dimensão 5 não foi avaliada entre os discentes, como foi explicado em momento anterior.

Sobre as políticas de pessoal (dimensão 5), o vínculo institucional dos docentes, se efetivos ou convocados, o gráfico abaixo demonstra que, das 43 respostas, 31 delas eram de docentes efetivos e, 12, de convocados.

Destes docentes que responderam ao questionário, a maioria possui carga horária de trabalho de 40 horas, como demonstra o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Carga horária de trabalho dos docentes. Fonte: CPA/Carangola.



Quanto a assiduidade e pontualidade às aulas e demais atividades pedagógicas, 98% dos professores atribuíram suas notas entre 5 e 6, ou seja, bom e ótimo, respectivamente, o que pode ser ilustrado pela Figura 18 (A). O mesmo percentual e a mesma atribuição de notas se deu quando a pergunta versou sobre o envio de planos de ensino, diário de classe,

planos de trabalho e relatório de atividades dentro dos prazos estabelecidos, de acordo com a Figura 6 (B e C).

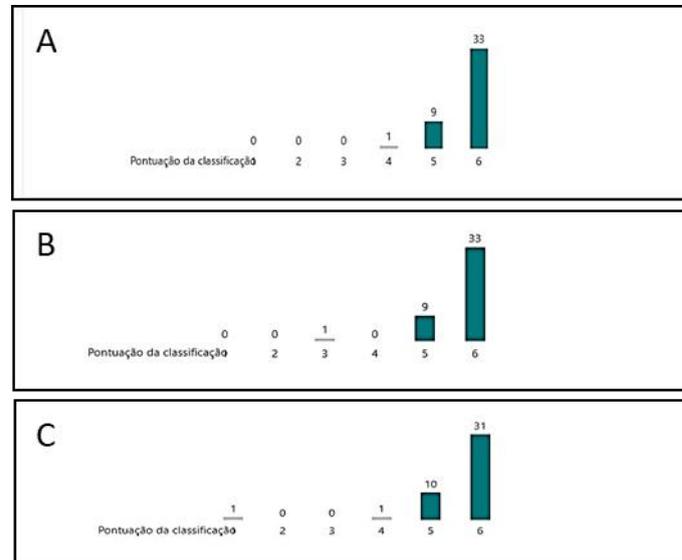


Figura 17 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Assiduidade e pontualidade às aulas e atividades pedagógicas. **(B)** Envio de planos de ensino. **(C)** Envio de planos de trabalho e relatórios dentro do prazo. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

No que tange ao cumprimento dos prazos referentes a outras demandas solicitadas pela Coordenação de Curso e/ou Departamento, 98% avaliou como bom/ótimo. O mesmo percentual e a mesma nota foram atribuídas pelos professores no quesito “Utilização de abordagens de ensino atualizadas e diversificadas”, conforme demonstram a figura 18 (A e B, respectivamente). Vale destacar que o percentual de 98% equivale ao universo de 42 dos 43 respondentes.

Quando os professores foram arguidos sobre a utilização de recursos pedagógicos variados e adequados ao conteúdo da disciplina, 39 docentes, ou seja, 91% avaliaram seu trabalho como bom/ótimo (Figura 18 C).

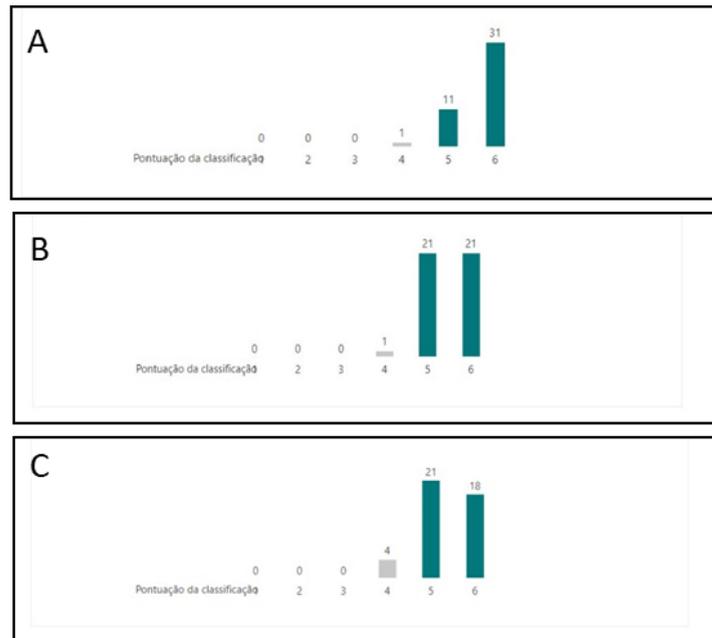


Figura 18 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Cumprimento dos prazos referentes a outras demandas solicitadas pela Coordenação de Curso e/ou Departamento. **(B)** Utilização de abordagens de ensino atualizadas e diversificadas. **(C)** Utilização de recursos pedagógicos variados. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Na avaliação dos docentes da Unidade Carangola, a exposição dos conteúdos com clareza e objetividade foi considerada boa e ótima para 95% deles, sendo que 27 docentes avaliaram como “ótimo” e 14 como “bom” (Figura 19 A). De maneira semelhante, 95% dos professores avaliaram como “ótimo” e “bom” a utilização de instrumentos de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas na disciplina. A divergência entre esses dois quesitos ocorreu na proporção dos que classificaram sua atuação como “bom” e “ótimo”, sendo 18 e 23, respectivamente (Figura 19 B).

Quanto a avaliação do retorno das atividades avaliativas aos discentes, 84% avaliaram como “bom” e “ótimo”. Destaca-se que 7 docentes avaliaram o trabalho de devolutivas aos estudantes como “regular”, o que pode ser verificado através da Figura 19 C. Acredita-se que esse dado decorra das condições de atuação profissional em regime de teletrabalho, que inviabiliza o contato presencial entre estudantes e professores.

Quando a pergunta se referiu a “Disponibilidade para atendimento aos alunos”, 98% dos docentes avaliaram suas atuações como “bom” e “ótimo”, ou seja, com 5 e 6, respectivamente, o que pode ser ilustrado pela Figura 19 D.

Ao serem arguidos sobre o estímulo à participação dos discentes em suas aulas, 95% dos

professores avaliou como bom/ótimo (Figura 19 E).

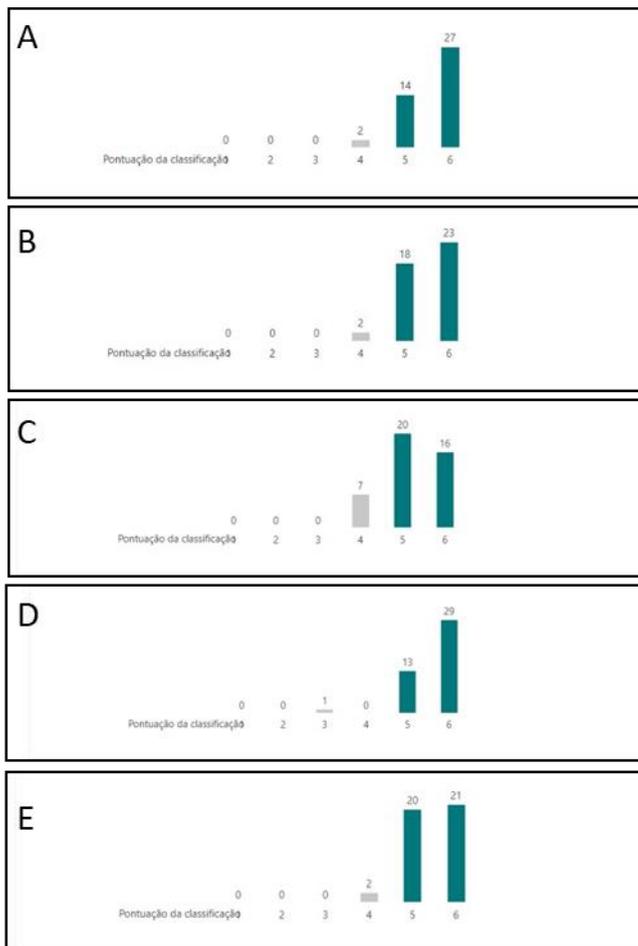


Figura 19 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Exposição dos conteúdos com clareza e objetividade. **(B)** Utilização de instrumentos de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas na disciplina. **(C)** Retorno das atividades avaliativas aos discentes. **(D)** Disponibilidade para atendimento aos alunos. **(E)** Estímulo à participação dos discentes nas suas aulas. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

O item “disponibilidade para atendimento” aparece com percentagem de 63% para avaliação entre “bom” e “ótimo”. Essa medida de síntese leva-nos a inferir que a sobrecarga de trabalho advinda com as atividades desenvolvidas remotamente interferiu na disponibilidade dos professores para atendimento dos estudantes. Isso pode ter ocorrido, inclusive, pela dificuldade dos estudantes encontrarem horários no contra turno das aulas para se reunirem com seus professores, tendo em vista que, com a suspensão das aulas presenciais e flexibilidade adotada durante o período de pandemia possibilitou que muitos alunos assumissem vínculos empregatícios.

Outro dado que podemos analisar sob o prisma do contexto de pandemia e ensino remoto, diz respeito ao relacionamento interpessoal entre docentes e estudantes. Com base na média, pode-se afirmar que os professores avaliaram esse quesito como regular.

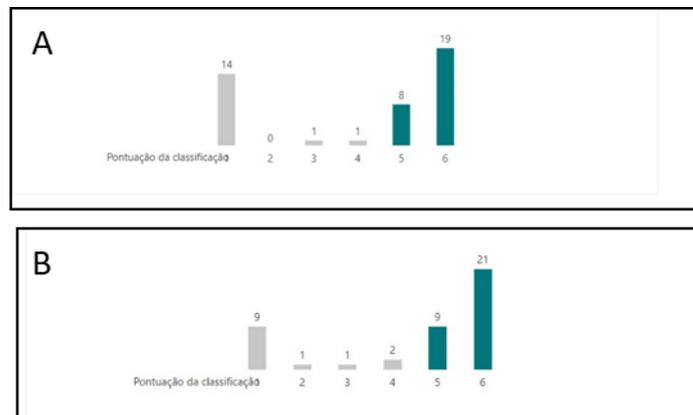


Figura 20 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Disponibilidade para atendimento. **(B)** Relacionamento interpessoal. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

As próximas questões do instrumento dizem respeito à avaliação da Biblioteca da Unidade. No que tange a clareza quanto aos procedimentos para acessar a biblioteca e seu acervo, 51% dos docentes avaliaram como “bom/ótimo” (Gráfico 4). Isso demonstra que esse quesito deve ser melhor trabalhado nas ações de melhoria no acesso ao acervo da biblioteca.

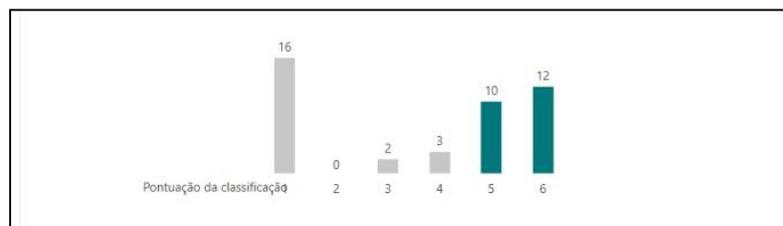


Gráfico 4 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. Clareza nas informações sobre os procedimentos de uso da biblioteca. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

As perguntas seguintes buscavam aferir a percepção dos docentes no que diz respeito a salários, plano de carreira, concessão de gratificações e incentivo ao regime de dedicação exclusiva.

Sobre critérios de promoção e progressão, dos 43 professores respondentes, 10 avaliaram como “ruim/regular” (Figura 21 A). Cinco docentes avaliaram como “bom/ótimo”. Quando a consulta se referiu aos valores e formas de concessão das gratificações (Figura 21 B), apenas 16% dos professores avaliaram com “bom”,

demonstrando insatisfação com o pagamento de gratificações. O maior número de docentes avaliou como “regular” esse item (30% dos docentes).

Quanto ao vínculo institucional, a maioria dos professores avaliou como “bom”, destacando-se que neste quesito as notas foram bem distribuídas entre as escalas de valores propostos, de modo que 16 professores (37% dos respondentes) avaliaram esses vínculos como “ruim” e “regular” (Figura 21 C).

Sobre o regime de dedicação exclusiva (Figura 21 D), a resposta mais apontada foi a “*não tenho informações suficientes para avaliar esse item*” (14 respostas), seguido por “péssimo” (12) e “ruim” (9). Essa avaliação demonstra a necessidade de divulgação aos docentes sobre o acesso ao regime de dedicação exclusiva.

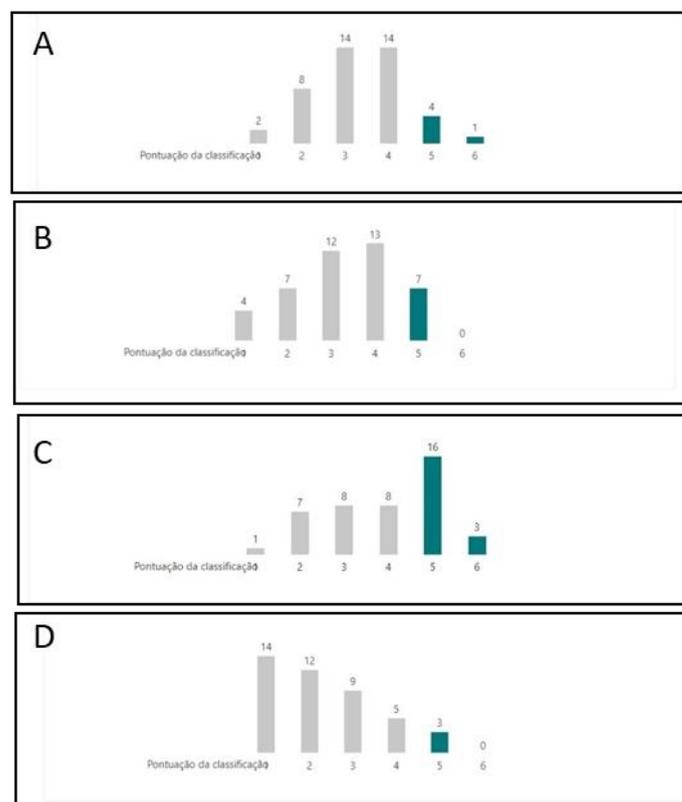


Figura 21 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Remuneração e plano de carreira para a categoria (critérios de promoção e progressão). **(B)** Valores e formas de concessão das gratificações. **(C)** Condições do vínculo institucional docente (efetivo/temporário). **(D)** Oportunidade de acesso à dedicação exclusiva. Clareza nas informações sobre os procedimentos de uso da biblioteca. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Quanto ao apoio para realização de pós-graduação, apenas 7% dos professores avaliaram como “bom/ótimo”, como pode ser constatado pela Figura 22 (A). A resposta

predominante foi aquela que diz respeito ao desconhecimento de informações para avaliar esse item. O mesmo ocorreu quando foi arguido aos professores sobre o apoio para ações de internacionalização (Figura 22 B), com 17 respostas de docentes para esse quesito.

Estes resultados demonstram que é necessário divulgar melhor as informações referentes ao acesso ao regime de dedicação exclusiva e às políticas de incentivo a formação continuada através de cursos de Pós- Graduação e, ainda, quais são as ações institucionais que incentivam o processo de internacionalização.

Quando arguidos sobre o incentivo a participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, a maioria dos docentes responderam que não possuíam informações a esse respeito (Figura 22 C). Dos 43 docentes que participaram da pesquisa, apenas 5 avaliaram como “bom” ou “ótimo”.

O quesito “apoio para publicação da produção bibliográfica” também foi avaliado pelo instrumento aplicado aos docentes da Unidade Carangola e 26% dos respondentes avaliaram como “bom/ótimo” (Figura 22 D).

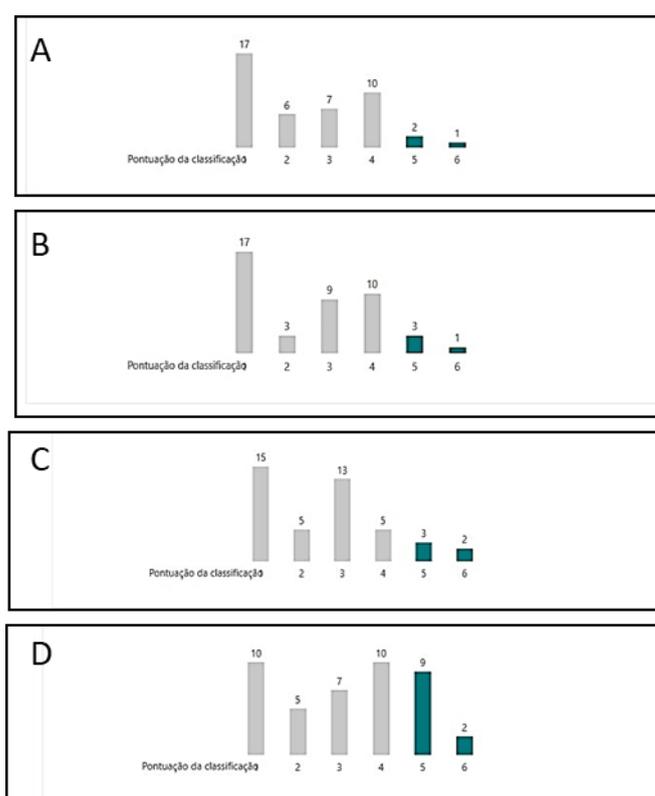


Figura 22 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. **(A)** Apoio para realização de pós-graduação. **(B)** Apoio para ações de internacionalização (intercâmbios, convênios). **(C)** Apoio para participação em eventos (nacionais e internacionais). **(D)** Apoio para publicação da produção bibliográfica. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

No que diz respeito à adequação ao plano de saúde oferecido, apenas 4 docentes avaliaram como “bom”, destacando que majoritariamente estão insatisfeitos como o plano de saúde de acordo com suas necessidades e expectativas, conforme explicita o Gráfico 5.

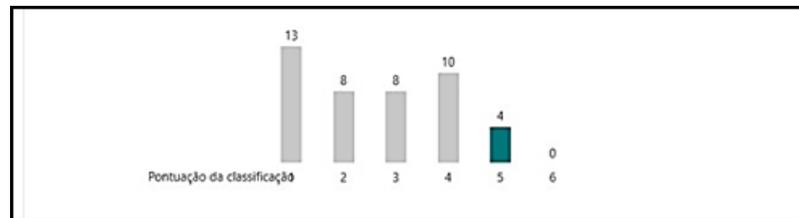


Gráfico 5 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. Adequação do plano de saúde oferecido. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Ainda sobre as condições de trabalho, o instrumento perguntou a respeito da qualificação profissional dos docentes e técnicos-administrativos. De acordo com o gráfico 6, 56% dos docentes entendem que a UEMG desenvolve programas que contribuem efetivamente para a qualificação profissional dos docentes e técnicos-administrativos, 24%, discordam e, 20%, são indiferentes.

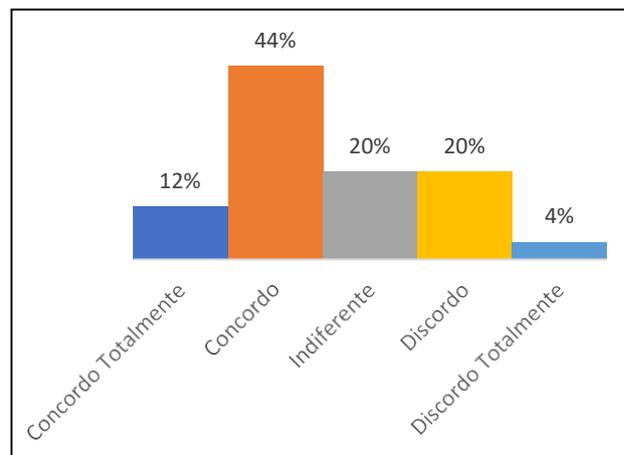


Gráfico 6 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. A UEMG desenvolve programas que contribuem efetivamente para a qualificação profissional de docentes e pessoal técnico-administrativo. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Ao avaliar a dimensão 10, que trata da Sustentabilidade Financeira, somente 18% concordam que a Unidade Acadêmica de Carangola possui recursos financeiros necessários para o atendimento de suas demandas, por outro lado 50% discorda e 32% são indiferentes (Gráfico 7).

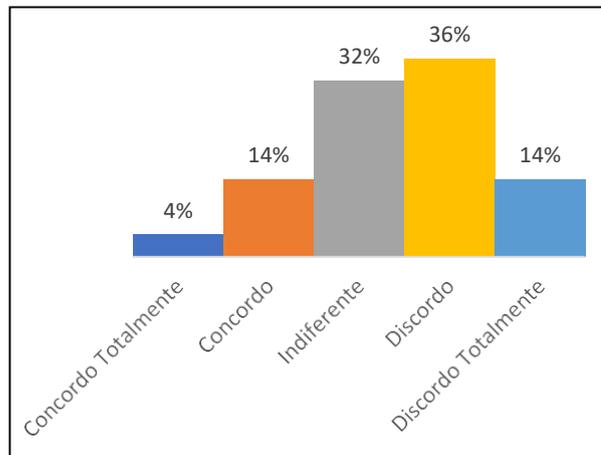


Gráfico 7 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 4 (dimensão 5 – Políticas de Pessoal) da análise. *A Unidade Acadêmica dispõe dos recursos financeiros necessários para o atendimento de suas demandas.* Fonte: CPA/Carangola (2020).

6.5. Eixo 5: infraestrutura física

Neste eixo, os docentes avaliaram a Infraestrutura Física (dimensão 7), a figura 23 A aponta que 48% consideram que a infraestrutura física da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios) atende às necessidades dos docentes e estudantes, 36% discordam e 10% são indiferentes (os outros 6% que não se encontram no gráfico são relativos aos participantes que assinalaram a opção “Desconheço”).

Sobre os equipamentos dos laboratórios existentes da Unidade Acadêmica, 24% dos docentes consideram que atendem às necessidades dos estudantes em matéria de qualidade e quantidade; 40% discordam; 10% são indiferentes e 26% desconhecem (Figura 23 B).

Em relação aos resultados do gráfico 37, evidencia-se que 22% concordam que as instalações da UEMG, bem como os recursos didático-pedagógicos, são adequadas para estudantes com necessidades especiais; 50% discordam 6% são indiferentes e os 22% restantes são os que assinalaram a opção desconheço (Figura 23 C).

Respostas semelhantes mostra que 28% afirmam que o acervo da biblioteca atende às necessidades dos professores e estudantes; 50% discordam; 10% são indiferentes e 12% desconhecem (Figura 23 D).

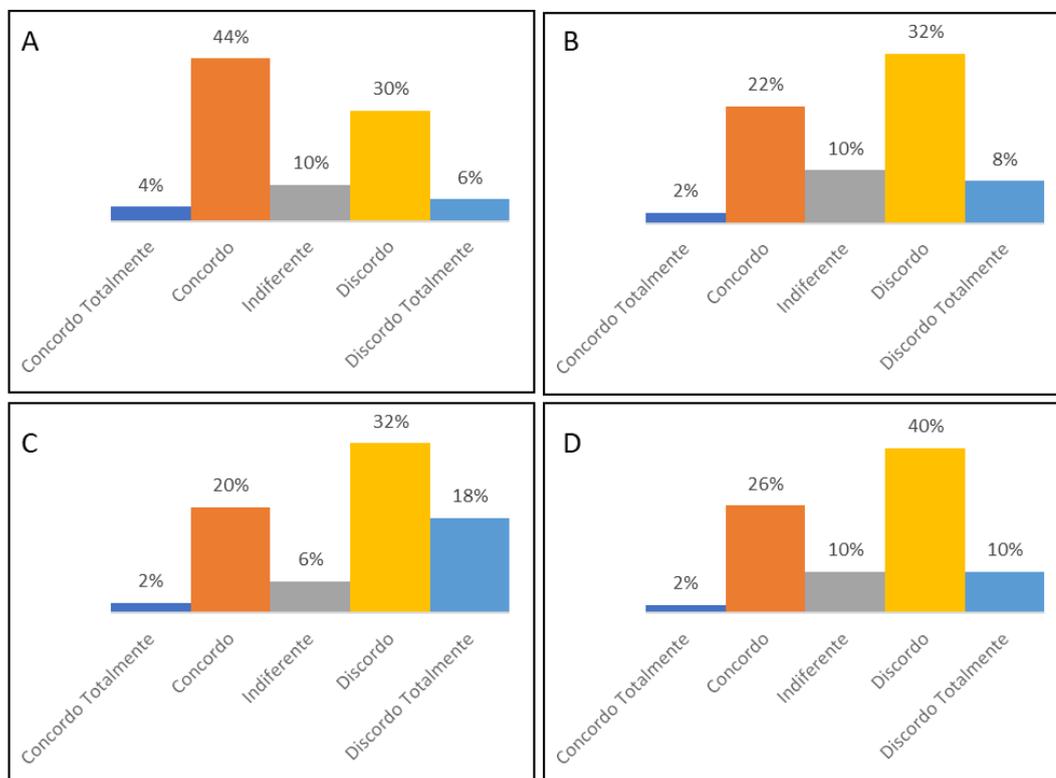


Figura 23 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 7 – Infraestrutura Física) da análise. **(A)** A infraestrutura física da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios) atende às necessidades dos docentes e estudantes. **(B)** Os equipamentos dos laboratórios existentes da Unidade Acadêmica atendem as necessidades dos estudantes em matéria de qualidade e quantidade. **(C)** As instalações da UEMG, bem como os recursos didático-pedagógicos, são adequadas para estudantes com necessidades especiais. **(D)** O acervo da biblioteca atende às necessidades dos professores e estudantes. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Ressalta-se que os professores que assinalaram a opção “desconheço” são, em sua maioria, professores que foram contratados no início de 2020 e, em virtude da pandemia, muitos não chegaram a conhecer a infraestrutura da Unidade.

Sobre o acervo físico e digital da biblioteca da Unidade e da UEMG, a figura 24 A e B mostram que maioria dos docentes respondentes não têm informações para avaliar o item ou avaliam-no como “péssimo” ou “ruim”. O período de atividades remotas e o grande número de docentes novos na Unidade podem explicar este resultado.

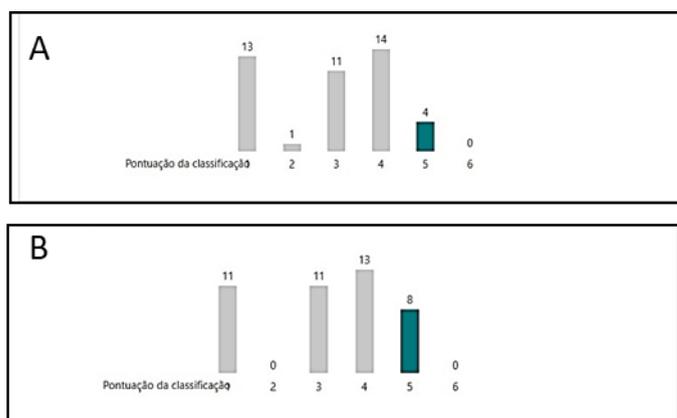


Figura 24 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 5 – Infraestrutura Física) da análise. Sobre a biblioteca: **(A)** Acervo físico – quantidade e variedade de livros disponíveis. **(B)** Acervo digital: variedade de livros disponíveis. A escala de valores considera: 1, “não tenho informações para avaliar o item”; 2, “péssimo”; 3, “ruim”; 4, “regular”; 5, “bom”; 6, “ótimo”. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Ainda no eixo 5, a sexta dimensão – Organização e Gestão da Instituição – foi analisada e 72% dos professores entendem que a avaliação de desempenho dos docentes da UEMG contribui para o aprimoramento das dinâmicas acadêmicas; 14% discordam e 14% são indiferentes (Figura 25 A). A figura 25 B mostra que 88% dos docentes respondentes consideram que a gestão da UEMG se mostra direcionada ao cumprimento dos objetivos e projetos da Instituição; apenas 2% discordam e 10% são indiferentes.

Sobre os órgãos colegiados da UEMG, 86% dos docentes entendem que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão representados nos órgãos colegiados da UEMG e 14% são indiferentes (Figura 25 C).

Em relação a comunicação de informações referentes às decisões da gestão na Instituição 76% consideram que é eficaz; 10% discordam e 14% são indiferentes, conforme figura 25 D.

Para 76% dos docentes, o processo de avaliação das ações previstas no planejamento geral da UEMG é oportuno e pertinente; 10% discordam e 14% são indiferentes (Figura 25 E).

Por fim, a figura 25 F mostra que 76% dos docentes percebem que a UEMG apresenta dinâmicas de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas, que contribuem efetivamente para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão; 6% discordam e 16% são indiferentes.

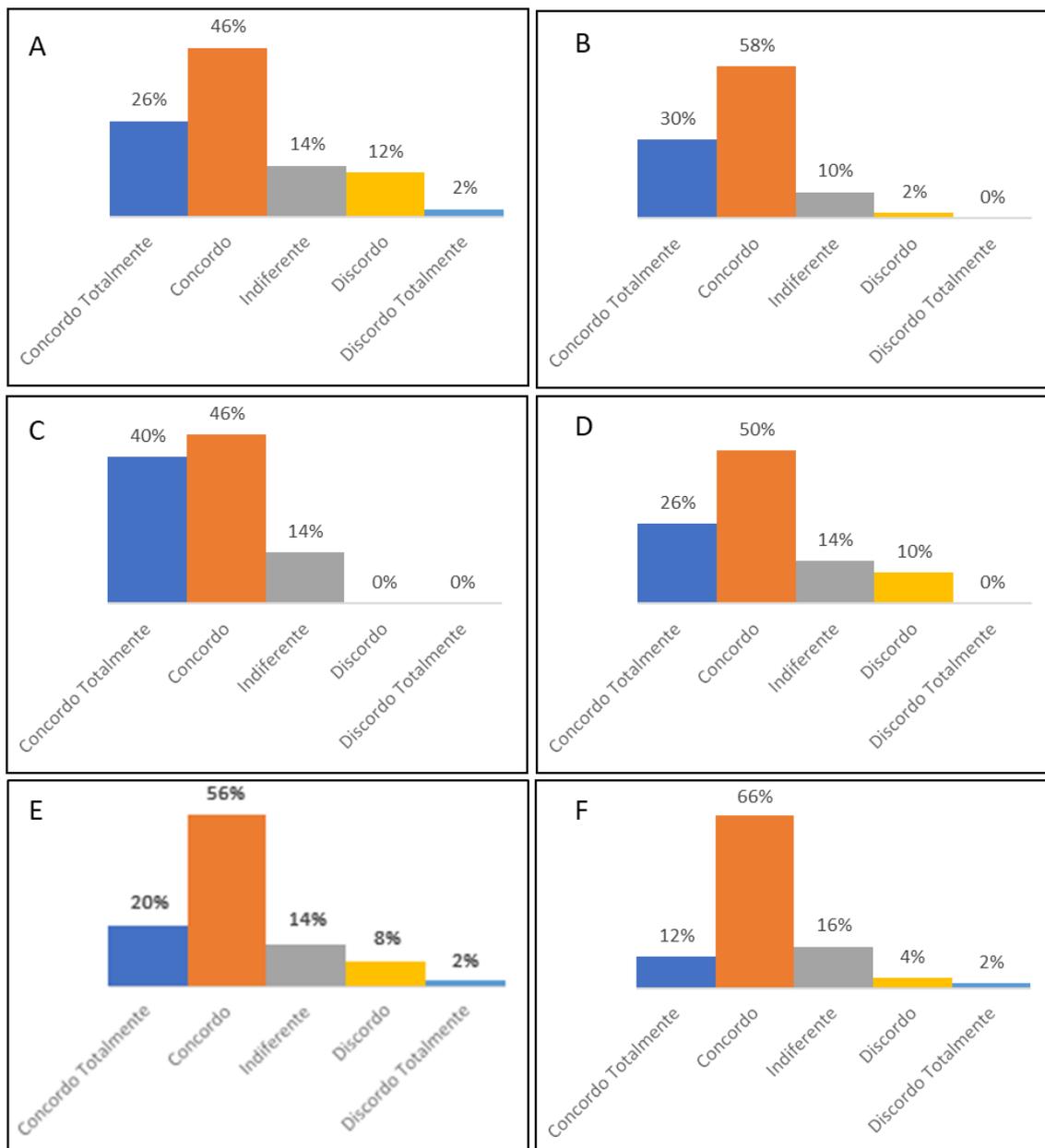


Figura 25 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. **(A)** A avaliação de desempenho dos docentes da UEMG contribui para o aprimoramento das dinâmicas acadêmicas. **(B)** A gestão da UEMG mostra-se direcionada ao cumprimento dos objetivos e projetos da Instituição. **(C)** Todas os segmentos da comunidade acadêmica estão representados nos órgãos colegiados da UEMG. **(D)** A comunicação de informações referentes às decisões da gestão na Instituição é eficaz. **(E)** O processo de avaliação das ações previstas no planejamento geral da UEMG é oportuno e pertinente. **(F)** A UEMG apresenta dinâmicas de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas, que contribuem efetivamente para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão. Fonte: CPA/Carangola (2020).

A atuação da Gestão da Unidade (direção e vice-direção) também foi avaliada pelo instrumento aplicado pela CPA aos docentes (Gráfico 8). Dos 43 professores que responderam os questionários da CPA, 22 docentes avaliaram como “péssimo”, “ruim”, “regular”, sendo que três destes professores alegaram não possuírem informações suficientes para realizar essa avaliação. 21 docentes avaliaram como “bom” e “ótimo”. Esse dado aponta uma situação que deve ser debatida com a equipe gestora a fim de buscar compreender, junto ao corpo docente da Unidade, quais as demandas que não foram atendidas plenamente e que pontos as gestoras devem rever em seus planos de atuação.

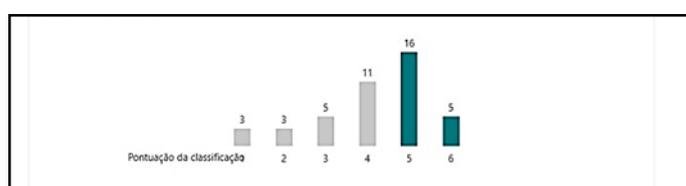


Gráfico 7 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. *Atuação da Gestão da Unidade (direção e vice-direção)*. Fonte: CPA/Carangola (2020).

No tocante a atuação do colegiado e do departamento na gestão do curso, as avaliações demonstraram satisfação do corpo docente, pois em ambos quesitos as respostas destacaram que 84% avaliou com “bom” ou “ótimo”, conforme a Figura 26.

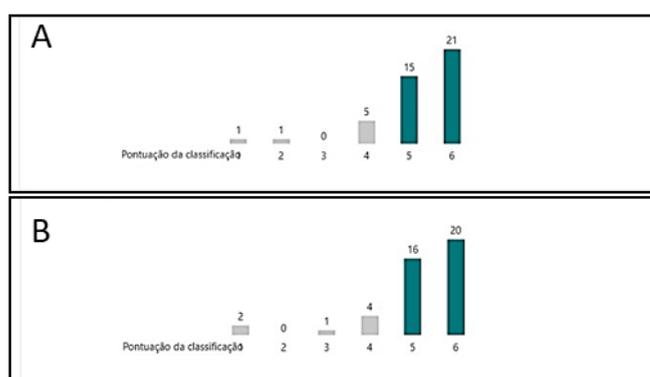


Figura 26 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. (A) *Atuação do Colegiado na gestão do curso e seus resultados*. (B) *Atuação do Departamento na gestão do curso e seus resultados*. Fonte: CPA/Carangola (2020).

A Coordenação de Pesquisa da Unidade Carangola também foi avaliada pelo instrumento nos quesitos “Gestão do desenvolvimento da pesquisa” e “Promoção e Incentivo à pesquisa”. Os dados distribuídos na Figura 27 (A e B, respectivamente)

evidenciam que 72% avaliaram como “bom” ou “ótimo” (Figura 27 A). Destaca-se que 8, dos 43 docentes que participaram da avaliação, apontaram não possuírem condições suficientes para avaliar o item. Já a Figura 27 B demonstra que 51% avaliaram como “bom” e “ótimo”, sendo que 10 respondentes não souberam aferir tal quesito.

Da mesma maneira como avaliou a Coordenação de Pesquisa, o questionário arguiu ainda sobre a atuação da Coordenação de Extensão, consultando os docentes sobre os mesmos quesitos, ou seja, gestão e promoção/ incentivo das atividades extensionistas. A Figura 27 C indica que 65% avaliaram como “bom” e “ótimo”, sendo que 8 docentes destacaram que não tiveram condições de realizar a avaliação desta coordenaçãoo quesito “gestão do desenvolvimento das atividades extensionistas”. Talvez esse número esteja atrelado aos docentes que, por não atuarem em atividades de extensão, não puderam avaliar a gestão destes projetos pela Coordenação. Quanto ao quesito “promoção/incentivo das atividades extensionistas” (Figura 27 D), a avaliação apontou que 63% avaliaram como “bom” e “ótimo”, sendo 7 docentes respondendo que não tiveram condições de avaliar.

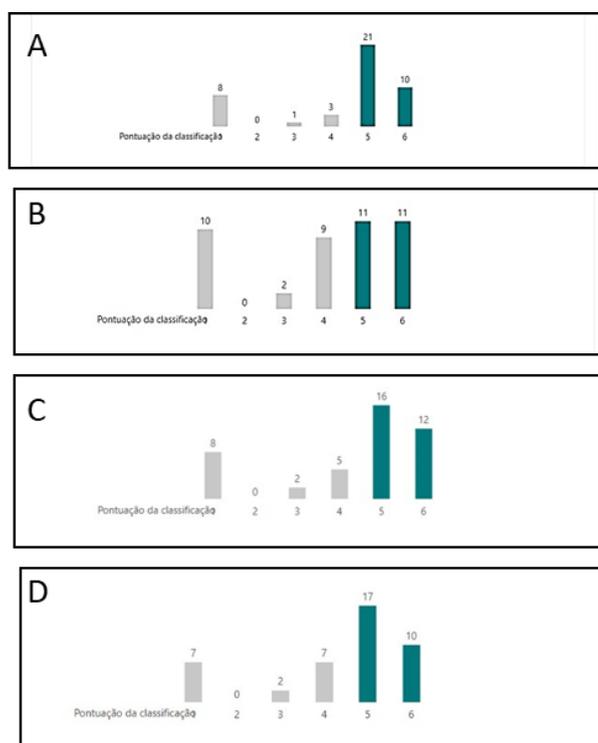


Figura 27 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. (A) Atuação da coordenação de pesquisa na gestão do desenvolvimento da pesquisa na Unidade de Carangola (B) Atuação da coordenação de pesquisa na promoção e incentivo à pesquisa na Unidade de Carangola. (C) Atuação da coordenação de extensão na gestão do desenvolvimento da pesquisa na Unidade de Carangola (D) Atuação da coordenação de extensão na promoção e incentivo à pesquisa na Unidade de Carangola. Fonte: CPA/Carangola (2020).

Em razão da pandemia de COVID-19, as atividades de ensino tiveram que ser ajustadas ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), conforme a **Resolução CONUN/UEMG nº 456, de 04 de junho de 2020**, que aprovou a realização de atividades remotas no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais, enquanto perdurasse a situação de calamidade pública estabelecida em razão da pandemia da COVID-19.

Esse regime de atividades também foi avaliado pelo instrumento aplicado aos docentes da Unidade Carangola e os resultados estão apresentados na figura 28 (A a I). A maioria dos docente avaliou como “péssimo” ou “ruim” essa modalidade de trabalho (Figura 28 A). Com relação à capacitação para o uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto a maioria dos professores avaliou entre “péssimo” e “regular” (Figura 28 B).

Já no que diz respeito a adequação do ambiente residencial ao desenvolvimento das atividades de ERE, 30% dos docentes da Unidade Carangola avaliaram como “bom” ou “ótimo” (Figura 28 C). A maioria destacou como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, demonstrando a dificuldade dos professores em ajustar o espaço residencial ao desenvolvimento das atividades de ensino. Ainda com relação à operacionalidade das atividades de ensino remoto, os docentes foram arguidos quanto às condições de acesso à internet na sua residência para a execução do ERE e 49% respondeu que as condições são “boas” ou “ótimas”, os demais avaliaram como “péssimo”, “ruim” ou “regular” (Figura 28 D).

O aparato eletrônico disponível para o trabalho no ERE foi avaliado e, dos 43 docentes respondentes, a maioria (25) avaliou como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, enquanto 18 deles apontaram como “bom” ou “ótimo” (Figura 28 E).

Quanto à rotina de trabalho durante o ERE (conciliação com rotina doméstica e dedicação ao ERE), a figura 28 F mostra que 33 dos 43 docentes avaliaram essa conciliação como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, o que demonstra a dificuldade enfrentada por eles em atuarem profissionalmente em seus espaços domésticos.

O instrumento avaliou ainda o volume de trabalho demandado e o volume de trabalho realizado em função do ERE. Quanto ao primeiro questionamento, a maioria dos docentes, ou seja, 38 professores avaliaram como “péssimo”, “ruim” ou “regular” o volume de atividades requerido pelo Ensino Remoto (Figura 28 G). Já sobre o segundo questionamento, apenas 19% dos docentes avaliou o volume de trabalho realizado como “bom” ou “ótimo”, o que significa que 35 dos professores avaliaram como “péssimo”, “ruim” ou “regular” (Figura 28 H).

Quanto às adaptações às novas formas de interação em função do teletrabalho (Figura 28 I), o instrumento obteve como respostas que 37% dos professores apontaram como “bom” ou “ótimo”.

Por fim, fechando a avaliação referente ao ensino remoto, foi perguntado aos docentes como era a qualidade do conteúdo das disciplinas que ofereceram durante esse regime de trabalho. As respostas encontradas dão conta de que 37% dos professores avaliaram como “bom” ou “ótimo” (Figura 28 J). Desse modo, percebe-se que a maioria dos docentes não estão satisfeitos com a qualidade do conteúdo de suas disciplinas no regime de Ensino Remoto.

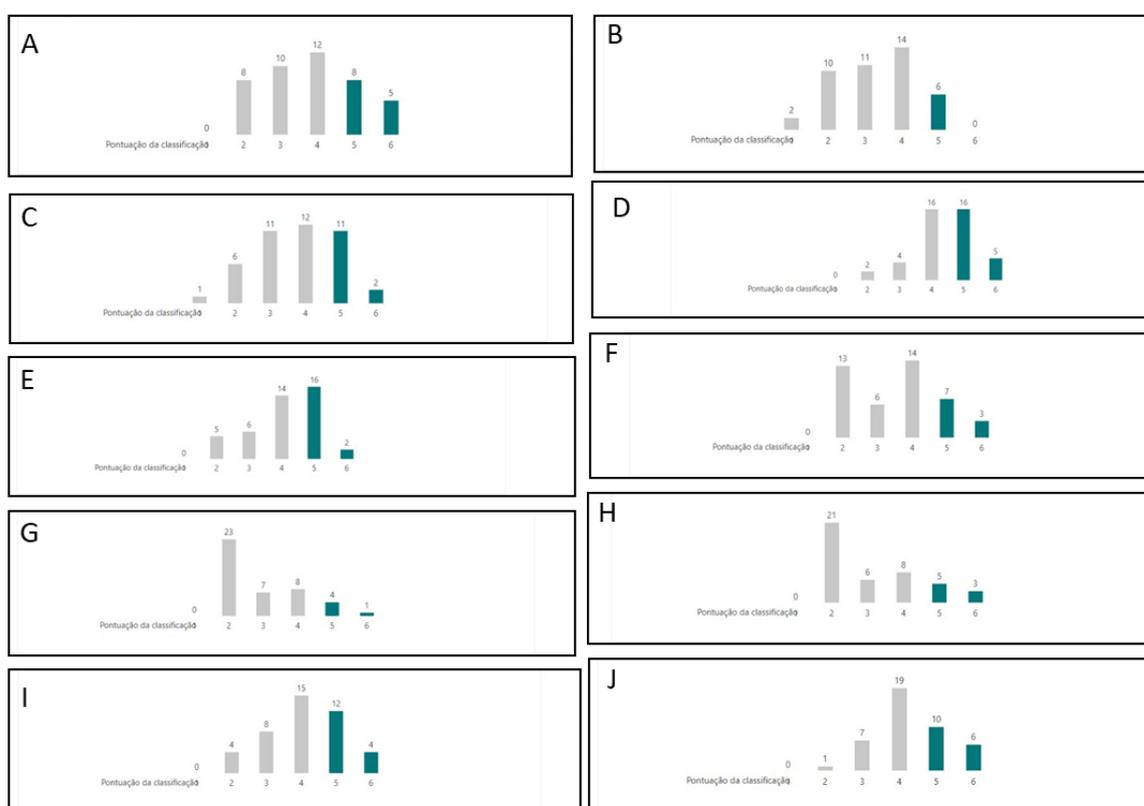


Figura 28 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. Sobre o ensino remoto emergencial: **(A)** Regime de trabalho adotado em razão da pandemia de COVID-19 **(B)** Capacitação para o uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto. **(C)** Adequação do ambiente residencial para o desenvolvimento das atividades de ERE **(D)** Condições de acesso à internet na sua residência para a execução do ERE. **(E)** Disponibilidade de dispositivos eletrônicos utilizados para do ERE. **(F)** Rotina de trabalho no ambiente doméstico durante o ERE. **(G)** Volume de trabalho demandado em função do ERE. **(H)** Volume de trabalho realizado em função do trabalho remoto. **(I)** Adaptações às novas formas de interação/comunicação em função do teletrabalho. **(J)** Qualidade do conteúdo das disciplinas no ensino remoto. Fonte: CPA/Carangola (2020).

A última parte do instrumento arguiu aos docentes sobre o processo de Avaliação de desempenho – SISAD. No que diz respeito a estrutura do processo de Avaliação, um número considerável (15) de docentes afirmou não ter informações suficientes para avaliar esse item (Figura 29 A). Isso talvez se deva às respostas dos docentes convocados, pois estes não passam por esse tipo de avaliação. Dos outros 28 professores, 10 avaliaram esse processo como “bom” ou “ótimo” e 18 como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, de acordo com a figura 29 A.

Com relação às dimensões e itens contemplados nas fases da Avaliação de desempenho (Figura 29 B), as respostas encontradas apontam que 28% dos professores avaliam como “bom” ou “ótimo”. Destaca-se que 11 dos 43 docentes que participaram do estudo disseram não possuírem condições de avaliar tal item.

Sobre o Impacto que a Avaliação de Desempenho tem na remuneração docente, dos 43 professores que responderam ao instrumento 19 deles afirmaram não possuírem condições para avaliar tal item, um docente considera como “bom” e os demais 23 avaliaram como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, conforme ilustra a figura 29 C.

Por fim, o último item do instrumento arguiu sobre a contribuição da Avaliação de Desempenho – SISAD, no aprimoramento do desempenho do docente. Dos 43 professores que responderam a pesquisa, apenas 19% avaliaram como “bom” ou “ótimo”, sendo que 14 deles afirmaram que não possuem condições de avaliar tal item (Figura 29 D).

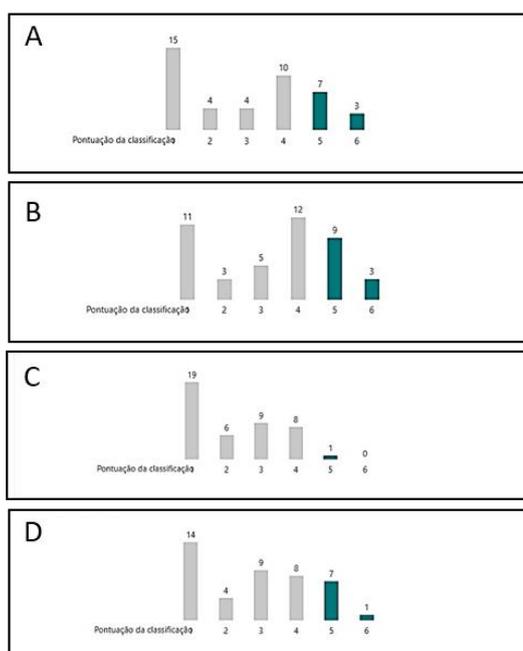


Figura 29 – Respostas da autoavaliação dos docentes sobre o eixo 5 (dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição) da análise. Sobre a avaliação do SISAD: **(A)** Estrutura do processo de Avaliação de desempenho – SISAD (PGDI semestral e ADI/ADE anual). **(B)** Dimensões e itens

contemplados nas fases da Avaliação de desempenho – SISAD. (C) Impacto que a Avaliação de Desempenho tem na remuneração docente (D) Contribuição da Avaliação de Desempenho – SISAD no aprimoramento do desempenho do docente. Fonte: CPA/Carangola (2020).

7. Relatório parcial avaliação dos servidores técnicos-administrativos - cpa/carangola (2020-2021)

Apresentaremos a seguir uma descrição dos dados obtidos através do questionário aplicado aos servidores técnico-administrativos no ano de 2021. Esse instrumento teve como principal objetivo conhecer a percepção desses agentes educacionais no que diz respeito ao ensino, pesquisa, extensão e gestão na unidade e na Universidade, como um todo.

O instrumento contou com a participação de 09 respondentes, com idades variando de 25 a 55 anos e tempo de serviço na Instituição entre 05 e 10 anos, sendo que todos(as), ingressaram no serviço público via Processo Seletivo Simplificado (PSS).

A fim de tornar mais compreensível a análise dos dados obtidos, através da aplicação do instrumento, agrupamos os eixos e dimensões em cinco categorias:

- I.** Política institucional e operacionalização, que relaciona os programas institucionais para o desenvolvimento e formação técnica.
- II.** Desempenho pessoal e interação pessoal com o trabalho que avalie a satisfação com o trabalho desenvolvido.
- III.** Infraestrutura e Condições de Trabalho que avalia os aspectos da infraestrutura em seu local de trabalho, bem como, a adaptação ao trabalho remoto não presencial emergencial.
- IV.** Comunicação Interna e Externa que avalia os canais de comunicação e acesso a informação.
- V.** Políticas de gestão e interação pessoal que avalie o relacionamento entre o pessoal técnico, as pessoas e as instâncias a eles relacionadas.

Os dados descritos a seguir referem-se a uma síntese feita do instrumento aplicado ao grupo de servidores técnico-administrativos, instrumento esse contendo 78 questões de múltipla escolha que considera o nível de satisfação do entrevistado em: (1) não tenho informações suficientes para avaliar o item, (2) péssimo, (3) ruim, (4) regular, (5) bom e (6) ótimo.

7.1. Categoria I – políticas institucionais e operacionalizaçãotécnica

Com intuito de conhecer a política institucional de capacitação técnica para o exercício da função técnico-administrativa, foram avaliados os seguintes quesitos:

- 4.3.2 você participa ou participou de algum treinamento ou curso de capacitação ofertado pela UEMG Unidade Carangola? Em caso positivo, quais cursos ou treinamentos você participa ou participou?
- 4.3.3 O que você acha da qualidade dos treinamentos e cursos de capacitação destinados aos servidores técnicos administrativos ofertados?
- 4.3.4 Sobre o formato (presencial, virtual, híbrido) dos treinamentos e cursos de capacitação destinados aos servidores técnicos administrativos ofertados?
- 4.3.5 Sobre a temática dos treinamentos e cursos de capacitação destinados aos servidores técnicos administrativos ofertados?
- 4.3.6 Acerca do incentivo à participação nos treinamentos e cursos de capacitação para exercício da função?
- 4.3.7 Sobre o incentivo à participação em cursos de graduação e pós- graduação, adotadas pela Unidade Carangola?

Dos nove (44,4%) servidores técnicos-administrativos, cinco participam (ou participaram) de algum treinamento ou curso de capacitação ofertado pela UEMG/Carangola em 2021. Com relação à qualidade dos treinamentos ofertados, os funcionários a consideram como regular. No que diz respeito ao incentivo a participação em cursos de capacitação, tanto no que se refere à Unidade de lotação do (a) servidor (a), quanto em relação ao apoio da Instituição como um todo, bem como, em relação às temáticas dos cursos, os (as) respondentes, classificaram como “ruim/regular”.

Com base nos dados obtidos, considerando à formação continuada dos servidores técnico-administrativos, a consolidação, ampliação, o aperfeiçoamento ao longo do tempo das políticas de formação continuada dos servidores técnico-administrativos, bem como, o incentivo e promoção contínuos da formação dos servidores técnico-administrativos em suas áreas específicas de atuação, pode-se inferir que é necessário maiores investimentos em capacitações.

7.2. Categoria II – desempenho e interação pessoal com o trabalho

Considerando

- a) o trabalho do servidor,
- b) a capacitação na área específica em que atua,
- c) o desempenho no trabalho,
- d) a motivação pelo próprio trabalho,
- e) a presteza no atendimento a alunos/docentes/funcionários e outras pessoas que necessitem dos serviços técnico-administrativos,
- f) a flexibilidade para adequação a situações não usuais,
- g) o cumprimento de prazos e horários, a fim de evitar sobrecarga no trabalho,

os (as) respondentes responderam às questões e consideram a qualidade do trabalho por eles(as) desenvolvidos na Unidade de Carangola como entre “bom/ótimo”. Com base nas respostas, pode-se afirmar que os(as) servidores encontram-se satisfeitos com o trabalho por eles(as) desempenhados na Unidade.

7.3. Categoria III – infraestrutura e condições de trabalho

Nessa categoria, foram avaliados:

- a) aspectos da infraestrutura do local de trabalho, tais como: adequação do espaço físico para o trabalho; conservação do espaço físico; disponibilidade de pessoal para o trabalho a ser realizado; disponibilidade de equipamentos; adequação de equipamentos e renovação de equipamentos e; disponibilidade de material de uso e consumo.
- b) aspectos referentes a adaptação ao trabalho remoto emergencial imposto pela necessidade de afastamento social causada pela Pandemia de COVID -19 - nesse quesito foram considerados aspectos referentes às condições em que o servidor(a) desenvolveu seu trabalho em regime remoto, bem como, o nível de adequação desse(a) às necessidades que lhes foram interpostas.

Como resultado, no que se refere à aquisição e disponibilidade de materiais para uso e consumo, em média, os(as) respondentes consideram os prazos para aquisição de materiais como regular a bom, no entanto, consideram o material disponibilizado para efetivação do trabalho entre bom e ótimo.

Em relação a infraestrutura e condições do local de trabalho na Unidade, no que diz respeito aos aspectos referentes a compatibilidade do horário, segurança na Unidade, proteção em relação a acidentes de trabalho, adequação do número de servidores às necessidades atuais da unidade, qualificação de pessoal técnico, entre outros que tornam ambiente propício ao desenvolvimento de suas atribuições, os(as) respondentes consideram esses aspectos com bom. No entanto, no que diz respeito a acessibilidade, a infraestrutura é considerada entre ruim e regular.

No que diz respeito aos aspectos referentes a adaptação ao trabalho remoto emergencial, imposto pela necessidade de afastamento social, causada pela pandemia de COVID -19, quanto ao regime empregado no teletrabalho, as adequações do trabalho ao ambiente residencial, bem como, as condições de acesso (internet e equipamentos) necessários para o desempenho de suas atividades, os respondentes consideraram a conciliação dessa rotina de trabalho com as demais rotinas domésticas como regular.

Com base nos dados obtidos através do instrumento de avaliação, no que se refere ao desenvolvimento do trabalho não presencial emergencial, no período letivo 2021, pode-se detectar que de certa forma, grande parte dos servidores conseguiram se adaptar a essa situação emergencial. No entanto, faz-se necessário um melhor planejamento e acompanhamento desse trabalho, caso, seja necessário esse retorno no próximo período letivo.

No que se refere a infraestrutura da Unidade, apesar dessa ter sido avaliada pelos respondentes como boa, faz-se necessário uma melhor adequação das instalações aos portadores de deficiências.

7.4. Categoria IV – comunicação interna e externa

Nessa categoria, buscou-se avaliar os canais de comunicação interna e externa da instituição, considerando a eficiência desses meios e o acesso as informações. Neste quesito, os(as) respondentes consideram, em média, esses serviços entre “bons/ótimos”.

7.5. Categoria V – políticas de gestão e interação entre o pessoal técnico-administrativos, pessoas e instâncias a eles relacionados

Nessa categoria, reúnem-se, de maneira geral, os aspectos relativos à qualidade da representação dos servidores técnico-administrativos nas instâncias deliberativas da instituição, bem como à sua interação e capacidade de comunicação com os representantes dessas instâncias.

Os resultados mostram que as relações de trabalho entre os servidores técnico-administrativos e comunidade acadêmica encontra-se entre bom e ótimo, o que nos permite inferir que existe uma promoção de troca de experiências bastante significativa entre esses profissionais.

8. Planejamento de ações com base na análise dos dados

8.1 Plano de ações com base na análise do Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8 - Planejamento e Avaliação)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	AÇÕES SUGERIDAS
1) A comunidade acadêmica (estudantes, docentes) acredita que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contribuiu para o fortalecimento da Instituição. 2) O retorno das atividades presenciais será um fator facilitador para promover a sensibilização e para promover o engajamento da comunidade acadêmica no preenchimento das informações.	A participação da comunidade ao responder os instrumentos ainda não atingiu o esperado.	Ampliação do trabalho de sensibilização e envolvimento da comunidade para participação no processo de autoavaliação.

8.2 Plano de ações com base na análise do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (dimensões 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 -Responsabilidade Social da Instituição)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	AÇÕES SUGERIDAS
<p>1) A responsabilidadesocial como uma missão institucional declarada no PDI;</p> <p>2) A maioria dos respondentes considera que amissão e a responsabilidade social da Instituição estão sendo desenvolvidas nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionados aos cursos de graduação da Unidade.</p>	<p>Ainda não foi possível estender essas ações para a pós- graduação, tendo em vista que a Unidade possui apenas um curso nesse segmento e este encontra- se sem turmas em andamento.</p>	<p>1) Ampliar as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas aos cursos de graduação e de pós- graduação alinhadasàs demandas locais e regionais.</p> <p>2) Fomentar o debate com a comunidade local para conhecer melhor suas necessidades e possibilitar atividades capazes de atendê-las.</p> <p>3) Com um corpo docenteefetivo, deve-se propor novos cursos de especialização e mestrado</p>

8.3 Plano de ações com base na análise do Eixo 3 - Políticas Acadêmicas (dimensões 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; 4 - Comunicação com a Sociedade; 9 - Política de Atendimento aos Discentes)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	AÇÕES SUGERIDAS
<p>Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA); - Programa de Monitoria Voluntária; - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID); - Programa de Residência Pedagógica (PRP); - Estágio Não Obrigatório Remunerado; - Programa de Apoio a Projetos de 	<p>1) Ausência de Política Institucional de atendimento ao egresso;</p> <p>2) Melhoria do Programa de assistência estudantil de modo a garantir a permanência do Estudante na instituição conforme decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010;</p> <p>3) Número de bolsas</p>	<p>1) Criação de política local de acompanhamento ao egresso imediata via formulário eletrônico;</p> <p>2) Criação de uma política institucional de acompanhamento ao egresso;</p> <p>3) Presença de profissionais permanentes das áreas específicas como a Psicologia, o Serviço Social atuando</p>

<p>Extensão da UEMG – PAEx; - Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – PAPQ/UEMG; - Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa; Grupos de Pesquisa;</p> <p>Comunicação com a sociedade: - Site próprio - Redes Sociais (Instagram e Facebook) da Unidade e dos Cursos de Graduação; - Programa na rádio Educativa: A Hora da UEMG;</p> <p>Políticas de apoio ao discente: - Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE); - Seguro de Estudantes; - Assistência Estudantil; - Programa de seleção socioeconômica da UEMG (PROCAN)</p>	<p>de pesquisa e extensão não atende à demanda da comunidade acadêmica</p>	<p>no NAE; 4) Aumento do quantitativo de bolsas ofertadas para pesquisa e para a extensão.</p>
--	--	---

8.4 Plano de ações com base na análise do Eixo 4 - Políticas de Gestão (dimensão 5 – Políticas de Pessoal, 6 – Organização e Gestão da Instituição e 10 – Sustentabilidade Financeira)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	AÇÕES SUGERIDAS
<p>Políticas de pessoal: Efetivação de partido corpo docente através dos concursos públicos.</p>	<p>Políticas de pessoal: 1) O número de docentes efetivos ainda não atende as necessidades da Unidade. 2) Falta de concursos públicos para atender os cursos de Serviço Social, Administração, Turismo, Matemática e Sistema de Informação 3) A Unidade não possui servidores</p>	<p>Políticas de pessoal: 1) Novas efetivações e concursos públicos para docentes. 2) Realização de concursos para os cargos técnicos-administrativos;</p>

	efetivos nos quadros técnico-administrativos.	
--	---	--

<p>Organização e Gestão da Instituição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de órgãos colegiados. 2. Regulamentos e normas internas em funcionamento. 3. Funcionamento dos registros acadêmicos. <p>Sustentabilidade financeira</p>	<p>Organização e Gestão da Instituição:</p> <p>Pontos de vistas divergentes entre discentes docentes na avaliação da gestão;</p> <p>Sustentabilidade financeira</p> <p>Desconhecimento da organização financeira da IES</p>	<p>Organização e Gestão da Instituição:</p> <p>Ampliar o debate e a escutada comunidade acadêmica.</p> <p>Sustentabilidade financeira</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar o acesso à informação; 2. Trabalhar nas instâncias superiores em prol da autonomia administrativa e financeira da UEMG
--	---	--

8.5 Plano de ações com base na análise do Eixo 5 - Infraestrutura Física (dimensão 7 - Infraestrutura Física)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	AÇÕES SUGERIDAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. O projeto de acessibilidade já está tramitando junto ao DER e já está sendo feito pela equipe de engenharia contratada pelo órgão. 2. Em 2021 e 2022 a UEMG aumentou os recursos a serem destinados à compra de materiais para equipar os laboratórios da Unidade e implementou o PPEE (Projeto de pesquisa e extensão estruturante), que pode ser apresentado por docentes e que também viabiliza e dá celeridade ao processo de estruturação dos laboratórios. 3. Equipe de servidores empenhada para viabilizar e apresentar propostas de reformas e melhorias que permitam a criação de espaços destinados às coordenações de curso, chefias de departamento e outros setores 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano de acessibilidade ainda não foi terminado. 2. Infraestrutura de laboratórios de ensino e pesquisa. 3. Necessária reforma e manutenção de alguns setores da Unidade. 4. Necessária construção de salas destinadas aos professores integrais e saúde professores. 5. Espaço físico impede o crescimento da Unidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir e implementar o plano de acessibilidade. 2. Incentivar a apresentação de propostas de PPEE pelos docentes. 3. Viabilizar a compra de materiais permanentes e de consumo para os laboratórios 4. Construção de um espaço destinado aos professores. 5. Dar continuidade às reformas de manutenção dos prédios. 6. Viabilizar a construção do Bloco 4.

acadêmico e administrativos da Unidade. 4. Amplo espaço para construção do Bloco 4.		
---	--	--

ANEXO

Cronograma

ATIVIDADE	PERÍODO 2º SEMESTRE DE 2020 AO SEGUNDO SEMESTRE DE 2023					
	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1
Constituição da CPA	X					
Composição da CPA e escolha do coordenador	X					
Reunião	X	X	X	X	X	X
Envio da CPA constituída na Unidade para CPA Central	X					
PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO						
CPA: reflexão acerca do processo de avaliação institucional	X	X				
CPA: elaboração/compartilhamento de materiais de divulgação e esclarecimentos sobre a importância e necessidade da autoavaliação		X				
CPA: definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas	X	X				
CPA: estudos e propostas para o Projeto de autoavaliação		X				
C – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO						
CPA: sistematização das propostas de trabalho		X	X			
DESENVOLVIMENTO		X	X			
CPA: Implementação do Projeto de Auto Avaliação		X	X			
CPA: aplicação dos Instrumentos de Avaliação aos Graduandos e docentes			X			
CPA: aplicação dos Instrumentos de Avaliação aos Técnicos administrativos			X			
CPA: devolutiva das avaliações realizadas pelos discentes para as coordenações de Curso			X	X	X	
Elaboração de relatório parcial				X		
Apresentação do relatório parcial				X		
CONSOLIDAÇÃO						
Elaboração e apresentação do Relatório Parcial				X		
Elaboração e apresentação do Relatório Final					X	
Envio do Relatório Final para CPA Central					X	
Apresentação do Relatório Final à comunidade acadêmica					X	
Balço Crítico dos Resultados e Planejamento de ações futuras						X